



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 13/17-21 SESSÃO ORDINÁRIA 2019/06/26

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezanove, no edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Liliana Bouça da Silva, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata foi substituída por José Luis de Lima.
- Manuel de Sousa Marques, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, faltou, cuja falta foi justificada.
- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído pela tesoureira Maria Goreti Martins de Amorim Verde.
- António Maria Rodrigues Amorim, Presidente da União de Freguesia de Venade e Azevedo, substituído por Sílvia Isabel Gonçalves Costa.
- Ventura Rodrigues Cunha, Presidente da União de Freguesia das Argas (Baixo, Cima e S.João), faltou, cuja falta foi justificada.
- Marina Sola Gonçalves, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Paula Margarida Almeida.
- Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por José Valdemar Ferreira Vieira.
- Simaura Fonseca, eleita pelo Partido Social Democrata, foi substituída por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.



Assembleia Municipal de Caminha

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 34 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de abril 2019;
- c) – 2ª Revisão ao Orçamento;
- d) – Doação da Escola Primária Comendador Ramos Pereira à Junta de Freguesia de Riba de Âncora;
- e) – Ratificação da Decisão de Adjudicação dos Lotes 1 e 3 do Procedimento de Consulta Prévia ao Abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade da Central de Compras da CIM Alto Minho;
- f) – Implementação de Sinalética na Rua do Sobrado na Freguesia de Âncora.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Carlos Seixas, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, disse o seguinte:

“É a terceira vez que estou perante o sr. Presidente da Câmara de Caminha, mas, desta vez, a minha intervenção não é para si.

Perguntei-lhe, sr. Presidente, se estava contra a minas a céu aberto. Disse que sim. Perguntei-lhe se iria travar as concessões para a exploração de lítio na Serra d'Arga. Disse que iria fazer de tudo para impedir. Perguntei-lhe se iria tornar pública a resposta da câmara em relação ao pedido de parecer enviado pelo Governo. Disse que sim. Perguntei-lhe se existia consenso entre os 5 municípios onde se insere a serra para se declararem claramente contra as minas. Disse que estava a tratar disso. Perguntei-lhe se iria impugnar um eventual concurso público para a exploração de minério em Caminha. Disse que esta era uma batalha política. Esperemos que não seja necessário recorrer à justiça... Mas, se for necessário, cá estaremos todos para fazer tudo o que for necessário para que não se faça um só buraco na Serra d'Arga.

Gostávamos, desta vez, de ouvir a assembleia e todos os agentes autárquicos aqui presentes, deputados municipais e presidentes de junta. Gostávamos que também os Srs. e Sras. se pronunciassem unanimemente contra a mineração na Serra d'Arga, como o fizeram as assembleias municipais de Arcos de Valdevez, Melgaço e Monção, no caso do Fojo, Serra da Peneda.

Apelamos ainda aos presidentes de junta que unam esforços nesta luta contra a delapidação do nosso património. Que esclareçam as populações e que estejam sempre a seu lado, para as proteger de uma mineração altamente lesiva do território e saúde pública.

Não podemos aceitar que se inutilizem zonas agrícolas e florestais para abrir crateras com centenas de metros de diâmetros. Não podemos aceitar que, ao esventrarem a serra, provoquem aluimentos de terra, inundações, que contaminem lençóis freáticos, ribeiros e rios. Não aceitaremos explosões



Assembleia Municipal de Caminha

diárias, poeiras lançadas no ar, ácidos largados no solo, criações de gado e espécies protegidas em perigo...

Não, não estou a ser alarmista. Aliás, este movimento está disponível para fazer sessões de esclarecimento nas vossas juntas, se assim o pretenderem.

Termino com uma pergunta aos deputados municipais: estão disponíveis para chumbar todo e qualquer pedido que seja da vossa competência, nomeadamente no que diz respeito a alteração de planos de ordenamento, ou autorizações de uso mineiro que tenham que ser validados em assembleia municipal?"

A Senhora Deputada Paula Aldeia, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse ao Senhor Carlos Seixas que em nome da bancada e dos Presidentes de Junta eleitos pelos Partido Socialista Partidos, agradece que ali fique, pois, tem uma Moção para apresentar e algumas intervenções nesse sentido e logo verá qual é a posição do Partido Socialista quanto a este assunto.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social. Disse que a CDU sobre esta matéria tem opiniões muito concretas, nalguns sentidos, e opiniões mais duvidosas noutros. Em primeiro lugar, disse, a CDU nunca nega a aquisição de conhecimento e contrariar qualquer princípio que leve ao conhecimento mais aprofundado sobre as matérias é contribuir para que o ajuizar dessas mesmas matérias não seja bem feito, ou feito com a profundidade que se deve fazer. Em segundo lugar disse que a CDU se pauta por uma coerência Nacional e Internacional, e nessa matéria alertam todos



Assembleia Municipal de Caminha

aqueles que os estão a ouvir e todos os que ali estão presentes, que coerência é acima de tudo dizer-se que se é contra a utilização de qualquer minério que possa ser extraído de qualquer prospeção de extração mineira. Ora, o primeiro princípio defendeu daqueles que defendem a não extração, é a não utilização, caso contrário terão que dizer que são a favor da extração noutras paragens, porque querem utilizar os minérios, nomeadamente o lítio, mas; são contra a extração desse minério aqui. Portanto, disse, estão preocupados com as suas populações, mas, a sua visão é muito reduzida naquilo que diz respeito ao panorama mundial, e não se importam que a exploração seja feita noutras paragens. E portanto, a CDU, quanto a essas matérias, tem um princípio global que respeitam; se não querem a mineração feita no Concelho de Caminha, não a querem no mundo inteiro. Ou seja, o primeiro princípio é aquele em que toda a população que defende a não extração deve em primeiro lugar defender a não utilização; E a não utilização implica muitas coisas como todos sabem; Em primeiro lugar eliminar os telemóveis, tablets, computadores que funcionam com cargas de lítio, eliminar fármacos onde o lítio é utilizado. Portanto, quando disserem claramente que são contra a utilização do lítio, neste caso em concreto, em todo o mundo, a CDU estará convosco, desde o primeiro momento, não haverá problema nenhum, agora, não contem com a CDU para dizer que são a favor num sítio e não noutra sítio com condições aparentemente iguais; Portanto, ou se elimina totalmente a utilização e vocês defendem que são totalmente contra a utilização do lítio, e estão todos de acordo, agora o que não se pode é continuar a usar lítio e permitir que ele seja explorado noutras paragens e não nesta paragem que é a nossa. Mas, com isto não quer dizer que a CDU seja favorável à extração do lítio no Concelho de Caminha, em particular na Serra D'Arga, aquilo que querem dizer é que tem que haver coerência, ou seja, não defendem uma coisa para nós e depois não a defendem para os outros. Disse ainda o Senhor Deputado que esta matéria ainda vai ser ali discutida. Pelo que sabe existem algumas propostas de alguns grupos com assento nesta Assembleia para serem discutidas, no período antes



Assembleia Municipal de Caminha

da ordem do dia. Mas, aquilo que a CDU diz, é que negar o conhecimento, negar o potencial que se tem na Serra D'Arga, pode ser prejudicial para o Concelho de Caminha, logo, o conhecimento é bom, não existe qualquer interesse em negar esse conhecimento, mas, que daí resulte qualquer aprovação de extração de lítio ou de outro mineral qualquer a partir dos minérios que lá existem, isso já é outra questão e, provavelmente, não merecerá a aprovação da CDU, contudo, não negam que se deve conhecer, e não negam também que defender uma coisa implica outra, implica que todos os defensores do não à extração, sejam defensores do não à utilização. Disse.

2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) – Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que convidou a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha, a responsável pelo CLDS, para dar um pequeno conhecimento daquilo que se tratam estas duas comissões, também convidou o Senhor Presidente da Câmara de Caminha para dar um pequeno esclarecimento daquilo que é CIM Alto Minho.

De seguida a **Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha, Paula Dias**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, disse o seguinte:

“As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são instituições oficiais, não judiciárias, com autonomia funcional superiormente coordenadas pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. As CPCJ's têm como principal missão promover os direitos das



Assembleia Municipal de Caminha

crianças e jovens e pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A Comissão Alargada da CPCJ de Caminha é composta por 18 membros, dos quais 9 integram a Comissão Restrita, sendo nesta modalidade que se faz a intervenção junto das famílias, com processo em acompanhamento na CPCJ. Por sua vez, a Comissão Alargada assume a responsabilidade pelas ações de prevenção e promoção dos direitos das crianças e jovens.

A CPCJ intervém em famílias quando sejam identificadas situações de perigo para a criança e jovem, às quais os progenitores não estejam capazes de se opor, estando essas mesmas situações identificadas na brochura entregue aos Exmos. Senhores Deputados.

Todo e qualquer processo têm início mediante a existência de uma sinalização/denúncia que pode ser feita pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude (Escolas, IPSS, Centro de Saúde), pelas forças de segurança, ou por cidadãos comuns, de forma identificada, ou até mesmo anonimamente, uma possibilidade que a Lei de todo não exclui.

Importa, ainda, referir que a intervenção das CPCJ's tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que a criança ou jovem se encontram.

A intervenção da CPCJ depende do consentimento prestado por escrito dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, consoante o caso e depende da não oposição da criança ou do jovem com idade igual ou superior a 12 anos.

Nos casos em que não seja prestado, ou seja retirado, pelos pais, ou responsáveis legais, o consentimento necessário à avaliação e intervenção da comissão, o processo será remetido ao Ministério Público.

O processo inicia-se com a fase de avaliação diagnóstica e depois de concluída esta etapa, a CPCJ deverá pronunciar-se, aplicando ou não, medida de promoção e proteção. Caso se conclua que a situação de perigo não



Assembleia Municipal de Caminha

verifica, o processo é arquivado. Caso se conclua acerca da existência de uma situação de perigo, será deliberada qualquer uma das seguintes medidas de promoção e proteção, a saber:

Apoio junto dos pais;
Apoio junto de outro familiar;
Confiança a pessoa idónea;
Apoio para a autonomia de vida;
Acolhimento familiar;

E

Acolhimento residencial;

Para cada uma destas medidas é acordado com os pais, ou representantes legais, e com a criança ou jovem quais as ações a executar e quais as entidades com competência em matéria de infância e juventude envolvidas para que a medida cumpra a finalidade de afastar o perigo em que a criança ou jovem se encontre.

Na falta de acordo com a aplicação de medida de promoção e proteção, e mantendo-se a situação de perigo que justifique a aplicação da mesma, o processo de promoção e proteção será remetido ao Ministério Público.

Toda e qualquer intervenção das CPCJ's é norteada pelos seguintes Princípios de Intervenção, que mais exaustivamente estão, também, descritos na brochura entregue aos Exmos. Senhores Deputados:

Interesse Superior da Criança;
Privacidade;
Intervenção Mínima;
Responsabilidade parental;
Primado da continuidade das relações psicológicas profundas;
Prevalência da família;
E
Audição Obrigatória e participação.



Assembleia Municipal de Caminha

A CPCJ de Caminha esforça-se por desenvolver um trabalho sério e de respeito pelas famílias com quem intervém, norteando, sempre, a sua ação pelos princípios acima enumerados.

Sendo certo que a comunicação social nacional nem sempre faz um retrato fiel do que é o trabalho das Comissões, levando os cidadãos a assumirem uma posição de desconfiança sobre esta instituição, a CPCJ de Caminha tem-se igualmente esforçado por estar mais próxima da Comunidade, desenvolvendo diversas ações, que nos permitem apostar na prevenção e ao mesmo tempo na desmistificação de qual é o papel da Comissão. A esse respeito, não posso deixar de manifestar o nosso agradecimento à Câmara Municipal que nos presta todo o apoio para que seja possível a concretização destas iniciativas.

A CPCJ de Caminha tem as suas instalações no edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal, onde nos podem encontrar entre as 09h00 e as 13h00 e as 14h00 e as 17h00. Estamos ao inteiro dispor de todos para vos receber e esclarecer qualquer dúvida acerca do que é o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e jovens de Caminha.

Muito obrigado a todos e a todas.”

De seguida a **Senhora Coordenadora Técnica da CLDS 3G de Caminha, Luísa Sousa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, disse o seguinte:

“Esta apresentação relaciona-se com o projeto CLDS 3G Caminha, da tipologia 3.10 Contratos Locais de Desenvolvimento Social de Terceira Geração, no âmbito do PO ISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e com financiamento do Fundo Social Europeu, do eixo prioritário - promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação e com a prioridade de investimento de inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de



Assembleia Municipal de Caminha

oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade. O território de abrangência da sua intervenção é o concelho de Caminha.

O CLDS-3G Caminha tem como Entidade Coordenadora Local de Parceria (ECLP) o Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora e traduz-se numa ação integrada de diferentes agentes e recursos localmente disponíveis e numa intervenção de proximidade e em parceria.

Este projeto iniciou intervenção desde 2 novembro de 2015, com a duração inicial de três anos, mas com a possibilidade de prorrogação, alargou a sua ação até 30 de agosto de 2019, com uma equipa de cinco elementos: uma coordenadora técnica e quatro técnicos com formação na área social.

O Plano de Ação é compreendido entre os seguintes eixos de intervenção: Eixo 1 – Emprego, Formação e Qualificação, com o envolvimento de um público diversificado, nomeadamente, desempregados, empresários, alunos que concluem ou que abandonem o sistema educativo e alunos do ensino secundário e gestão de oportunidades de emprego e de formação no e para o concelho; Eixo 2 – Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil, com um trabalho junto de famílias, crianças, jovens, pessoas com incapacidade ou deficiência e idosos e no Eixo 3 – Capacitação da comunidade e das instituições, com participação de população residente, associações e instituições.

Recentemente surgiu o convite para apresentação de candidaturas para a um Contrato Local de Desenvolvimento Social de quarta Geração, mas com a alteração de eixos de intervenção. Considerando-se que o concelho de Caminha foi caracterizado com um perfil de território envelhecido, o eixo de intervenção elegível para candidatura é o designado de Eixo 3 – Promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa, cujos destinatários a envolver serão pessoas idosas e pessoas com deficiência e incapacidade.

A Câmara Municipal aquando do lançamento de convite para apresentação de uma entidade coordenadora local de parceria para o CLDS 4G, convidou o



Assembleia Municipal de Caminha

Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, a que correspondeu afirmativamente abraçando este desafio de continuidade do projeto.

O Plano de Ação, já submetido em candidatura, foi delineado tendo em conta as ações elegíveis para o Eixo referido anteriormente e em articulação com o Núcleo Executivo da Rede Social de Caminha, aprovado em CLAS, e tendo em conta também as necessidades diagnosticadas ao longo da intervenção da entidade coordenadora local de parceria, o Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora.

As Ações Elegíveis são:

- a) ações socioculturais que promovam o envelhecimento ativo e autonomia das pessoas idosas;
- b) ações de combate à solidão e ao isolamento e;
- c) desenvolvimento de projetos de voluntariado vocacionados para o trabalho com populações envelhecidas.

Muitas das atividades a executar nestas ações estão previstas no âmbito de continuidade e de sustentabilidade de algumas já iniciadas no CLDS 3G Caminha.

De registar também que com esta alteração de eixo de intervenção, de acordo com o perfil do território, esta nova candidatura só poderia no mínimo afetar um coordenador e um técnico, contudo na gestão financeira do orçamento previsto dentro dos limites propostos em candidatura para Caminha, o Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora propôs-se a uma equipa de intervenção de três elementos (um coordenador e dois técnicos com formação na área social). A proposta de candidatura é de abrangência de 350 destinatários e apesar da caracterização específica dos públicos, pretende-se envolver a comunidade em geral (famílias, jovens, crianças) através de iniciativas promotoras da intergeracionalidade, como já é habitual da dinâmica das iniciativas desenvolvidas pela instituição de uma forma geral.

Para terminar de destacar o envolvimento dos vários parceiros, nomeadamente Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Segurança Social, Saúde, GNR,



Assembleia Municipal de Caminha

Estabelecimentos de Ensino, IPSS, Associações, entre outros, que se têm revelado fundamentais para a boa execução e alcance dos objetivos/resultados a que nos temos proposto. Na esperança da continuidade destas relações de articulação institucionais em iniciativas futuras numa forma de complementaridade e de resposta conjunta a necessidades específicas dos públicos a que se destinam.

Por fim o agradecimento por toda a atenção dos presentes e pelo convite apresentado para esta presença nesta Assembleia.”

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que recebeu um e-mail do Senhor Presidente da Assembleia para dar nota daquilo que é o trabalho da CIM Alto Minho.

Em primeiro lugar disse o Senhor Presidente que a CIM Alto Minho é um órgão que junta os 10 municípios do Alto Minho, nomeadamente os seus Presidentes de Câmara, trata-se de um órgão executivo da CIM Alto Minho, o qual tem algumas competências, havendo outras competências da Assembleia Intermunicipal que tem deputados eleitos desta Assembleia Municipal, dois deputados do Partido Socialista, um deputado da CDU e um deputado do PSD. Sobre a Assembleia Intermunicipal não se pronuncia, porque quando está na Assembleia Intermunicipal, apenas está como convidado para auxiliar o Presidente do Conselho Intermunicipal para dar algum esclarecimento. Disse ainda o Senhor Presidente que o Conselho Intermunicipal, funciona com dez Presidentes de Câmara quando alguém não vai faz-se substituir, e aquilo que fazem e tentar coordenar dentro das competências, algumas respostas de índole Distrital. E tentam alcançar no âmbito dos fundos comunitários, em primeiro lugar, algumas respostas, porque o dinheiro é atribuído à Região Norte, e no contexto da Região também à CIM, existindo as candidaturas próprias, candidaturas da CIM, e ainda, se tem a possibilidade de entrar nos



Assembleia Municipal de Caminha

mapeamentos, e nessa luta dos mapeamentos, tentar conseguir o melhor financiamento para o Município de Caminha. Disse ainda o Senhor Presidente que nos mapeamentos destaca aqueles que tem a ver com as escolas, ou com os equipamentos sociais, porque, é atribuída uma verba à CIM Alto Minho e os Senhores Presidentes tentam dentro das prioridades de cada Município estabelecer um critério para tentarem chegar a uma determinada quantia, mas, essa quantia é sempre limitada e discutida entre os Senhores Presidentes. Refere ainda, que numa CIM que é muita marcada pela unidade, coerência por aquilo que querem fazer em conjunto, muitas vezes deixando muitas batalhas de lado para manterem essa unidade, porém, na questão das escolas o debate é muito intenso em particular neste segundo mapeamentos para se obter financiamento.

Disse também o Senhor Presidente que existem candidaturas próprias, ou seja, todas as candidaturas sobre as aldeias do mar, como por exemplo, existe um projeto do Concelho de Caminha relativo à valorização do Forte da Lagarteira, as portas do megalitismo, que tiveram um conjunto de conferências e existe um projeto de melhoria do nosso Museu Municipal, os caminhos da história, no âmbito dos Caminhos de Santiago que trouxeram concertos para Caminha. O projeto de Desencaminharte, uma monumentalidade própria à zona ribeirinha de Lanhelas, o projeto Blueways, com valorização do turismo náutico, são todos projetos conjuntos onde Caminha tem uma palavra a dizer. Disse ainda o Senhor Presidente que as obras das Ecovias de Seixas e Lanhelas foram feitas e obtidas através de financiamento da própria CIM. Mas, existem outros projetos e candidaturas, e ainda hoje está na ordem de trabalhos uma decisão sobre um lote de um fornecimento de energia, através de uma central de compras existente na CIM para se conseguir preços mais baixos. Também existem debates sobre políticas diferentes como a política do mar, que se teve em Vila Praia de Âncora, ou se discute sobre os pacotes de descentralização, dentro das competências do Município, e ainda, existem projetos comuns que não englobam todas as autarquias, mas, que são coordenadas através da CIM,



Assembleia Municipal de Caminha

como é o caso da constituição da empresa Águas do Alto Minho, ou seja, este é o trabalho que ali se faz, existe muito trabalho para fazer, e já existe muito trabalho feito, tem havido reuniões extensas que duram tardes inteiras, e, este é o trabalho da CIM Alto Minho, ela é pública, está em atas, e como todos sabem o Presidente da CIM Alto Minho é o Presidente da Câmara de Viana do Castelo, e estaria em melhores condições para explicar, no entanto, o trabalho da Assembleia Intermunicipal terão que ser os nossos representantes na Assembleia a dar nota do seu trabalho, ou do trabalho da Assembleia Intermunicipal.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse ainda que chegou à mesa uma Moção, apresentada pelo Partido Socialista e uma do Partido Social Democrata.

De seguida a **Senhora Deputada do Partido Socialista, Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e leu a seguinte Moção:

“Câmara Municipal de Caminha foi notificada, na semana passada, pela Direção Geral de Energia e Geologia, da abertura de concurso público para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de lítio e minerais associados numa área situada no concelho de Caminha.

Considerando que este tema assume particular importância local, regional e nacional, merecendo uma reflexão profunda sobre o que está em jogo, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista ambiental e do bem-estar das populações;

Considerando o impacto que o exercício de prospeção e pesquisa, primeiro, e o trabalho de exploração mineira de lítio, depois, poderá ter no território abrangido pelo concelho de Caminha, em particular na Serra d'Arga;



Assembleia Municipal de Caminha

Considerando que o Município de Caminha está a desenvolver, desde 2017, em conjunto com os Municípios de Ponte de Lima e Viana do Castelo, um trabalho exaustivo de inventariação, proteção e promoção do património natural e cultural da Serra d'Arga através do projeto "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" tendo sido identificadas 546 espécies de flora vascular, 476 táxones nativos, 70 espécies exóticas, 32 espécies raras, endémicas, localizadas e ameaçadas ou em vias de extinção, 126 espécies de aves, 10 espécies de anfíbios, 12 espécies de reptéis, 23 espécies de mamíferos não voadores, 10 espécies de mamíferos voadores, 5 espécies de peixes e 60 elementos geológicos, para além de todos os valores culturais, patrimoniais e imateriais recolhidos;

Considerando que a área abrangida pelo concurso inclui zonas significativas sujeitas a Reserva Ecológica Nacional e áreas classificadas como Rede Natura 2000, nomeadamente o Sítio de Importância Comunitária Serra d'Arga, bem como toda a bacia hidrológica dos rios Âncora e Coura que alimentam o rio Minho e as zonas de praia do nosso concelho;

Considerando que a hipotética exploração de lítio na Serra d'Arga colide com a estratégia pública do Município no sentido de valorizar a Serra d'Arga através da constituição de uma Área de Paisagem Protegida de Âmbito Regional;

Tendo em conta, ainda:

A divergência das posições da Câmara Municipal de Caminha na última década que, em 2010, de acordo com o que foi tornado público pela ex-Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Dra. Júlia Paula Costa, deu pareceres favoráveis à prospeção de lítio no concelho de Caminha e, a partir de 2016, com o atual Executivo, deu sempre pareceres negativos a essa mesma prospeção;

A necessidade desta Assembleia Municipal conhecer, acompanhar e intervir neste processo de auscultação sobre a possibilidade de prospeção e pesquisa de lítio no concelho de Caminha

A Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 26 de junho de 2019, delibera o seguinte:



Assembleia Municipal de Caminha

1- Recomendar ao Município de Caminha que se mantenha firme no propósito de dar parecer negativo ao pedido de prospeção de lítio no Sítio de Importância Comunitária Serra d'Arga bem como em toda a área coberta pela Rede Natura 2000 do âmbito do concelho de Caminha.

2- Solicitar que se dê conhecimento a esta Assembleia Municipal do teor do parecer a proferir pelo Município sobre esta matéria bem como de todas as informações e desenvolvimentos deste processo e de outros processos ligados á pesquisa ou mineração de lítio no concelho de Caminha.

3- Apoiar a elaboração e apresentação da candidatura da Serra d'Arga como Área de Paisagem Protegida de Âmbito Regional, recomendando que a mesma possa ser preparada tão rápido quanto possível de modo a poder servir de tampão para eventuais decisões de prospeção ou exploração de lítio na Serra d'Arga

4- Exigir ao Governo de Portugal que, relativamente a todas e quaisquer decisões que se tomem sobre pedidos de prospeção, pesquisa ou exploração de lítio ou de outros minérios, sejam cumpridos todos os requisitos de exigência ambiental e de saúde pública, nomeadamente, através da recolha obrigatória de pareceres do Instituto de Conservação da Natureza e Floresta (ICNF), Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ou de outras entidades com interesse direto na matéria, a apresentação e concretização de medidas de atenuação de impactos ou de compensação e reparação ambiental adequadas e a existência de um Estudo de Impacto Ambiental que avalize possíveis minerações.

Esta Moção deverá ser enviada Sua Excelência o Primeiro Ministro, Sua Excelência o Ministro do Ambiente e da Transição Energética, para os Grupos com Assento Parlamentar na Assembleia da República e para as Câmaras Municipais de Paredes de Coura, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Os Proponentes,

Os eleitos do PS na Assembleia Municipal de Caminha.”



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e Comunicação social, e disse que a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora estaria de acordo com esta Moção apresentada, se lhe fosse facultado documentos em como a Ex. Presidente da Câmara Municipal de Caminha a Dr.^a Júlia Paula deu os pareceres favoráveis à prospeção do lítio no Concelho de Caminha, e também os documentos em como os tais pedidos tiveram sempre pareceres negativos a esta prospeção.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que esta Moção no entender da sua bancada, na análise muito rápida que ali fizeram, mistura situações que são aparentemente diversas. O ponto três da deliberação, julga que mereceria o acordo de todos; e se esse esforço está a ser levado a cabo, esta questão do lítio, vem ao arrepio de um trabalho que está a ser feito. Provavelmente são até injustas algumas acusações, nomeadamente de haver uma agenda paralela da Câmara Municipal de Caminha para a Serra D'Arga, quando está a fazer um trabalho e depois surge esta questão do lítio; e com isso estariam de acordo. Mas, misturar esta questão, com a questão da mineração e uma vez mais recomendar ao Município de Caminha que mantenha este firme propósito, no ponto um, e depois, no ponto quarto, "exigir ao Governo relativamente a todas e quaisquer decisões...", faz à CDU parecer que o ponto um e o ponto quatro criam ali confusão, ou seja, por um lado é manter uma firme posição contra a prospeção e depois exigir ao Governo de Portugal relativamente a todas e quaisquer decisões que se tomem sobre pedidos de prospeção futura, pesquisa ou exploração de lítios, sejam cumpridos todos os requisitos de exigência ambiental. Mas, então nestes não foram cumpridos, questionou. Ou seja, apenas se podem pronunciar de facto



Assembleia Municipal de Caminha

quando lhes cheguem as tais documentações, que comprovem e provem que foram, ou, não, cumpridos esses requisitos, e depois esse é o argumento para dizer não, ou seja, pode-se então dizer que não cumpriram com os requisitos legais que deveriam ter cumprido, nomeadamente nas questões ambientais, pelas análises de impacto ambiental, pelos pareceres que ali aparecem citados no ponto quarto, e isso, basta já para negar. Nessa perspetiva existe ali uma confusão, porque se misturam situações que fazem com que a CDU não possa ser desde logo favorável. Disse ainda o Senhor Deputado que já o referiu aquando da intervenção do munícipe que as questões devem ser mais alargadas, e se o Município de Caminha o faz, deve também pugnar e associar-se a todos os outros Municípios do País, e apelar ao Governo para que faça o mesmo tipo de pressão junto da Comunidade Europeia e até junto das Nações Unidas para que no mundo inteiro não se faça prospeção nem extração de lítio. Isso sim é coerência.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse ao Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, que a bancada do Partido Socialista não tem acesso aos documentos, no entanto, foi a própria Dr.^a Júlia Paula que o disse. Contudo, se não acredita naquilo que a sua Ex. Líder diz, sobre isso não pode fazer nada. Quanto aos documentos e aos pareceres que a Câmara diz que deu negativos, disse a Senhora Deputada que se o Senhor Presidente de Junta não acredita, deve dirigir-se à Câmara e solicitá-los, pois, de certeza que lhe entregam. Quanto á intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse a Senhora Deputada que não vai acrescentar nada, pois, a posição da CDU está bem clara nesta matéria, não vale a pena insistir, ou seja, não vale a pena “bater no ceguinho”, pedindo desculpa pela expressão.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, solicitou ao Senhor Presidente da Mesa dois minutos para reunir com a sua bancada, para avaliar a moção apresentada.



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Deputado Carlos Videira, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e Comunicação social, e disse que foram ali confrontados com uma moção que a bancada do Partido Socialista apresentou, relativamente a esta matéria do lítio, tal como disse o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, é sempre um pouco difícil serem confrontados com as moções que são apresentadas e muitas delas baseadas em dados que eles muitas vezes não tem capacidades no momento de aferir de uma forma mais profunda aquele que é o seu enquadramento no texto que é apresentado, o próprio Partido Social Democrata também tem uma moção que com mais ou menos enquadramento vai no mesmo sentido do parecer negativo ao pedido de prospeção de lítio no sítio de importância comunitário da Serra D'Arga. Disse ainda o Senhor Deputado que já ali houve uma questão que foi levantada por um munícipe, as forças partidárias no que diz respeito à questão essencial estão de acordo, esta Assembleia Municipal sairia com uma posição muito mais reforçada se os grupos parlamentares pudessem de alguma forma reunir e tentar convergir um texto comum, que fosse subscrito por todas as bancadas parlamentares, fazendo as cedências naturais em termos de enquadramento que tem que ser feitas quando se quer chegar a uma posição comum, e acima de tudo à um objetivo comum, que se trata do parecer negativo e o de oposição a esta matéria, e desse modo, julga que os grupos parlamentares reúnam entre si, procurem chegar a um texto comum, que esse texto tenha a maior consensualização possível dentro desta Assembleia Municipal, e se possível fazê-lo nesta Assembleia muito bem, caso não seja, julga que este assunto tem um importância que merece inclusive se for necessário o agendamento de uma Assembleia Municipal extraordinária.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse ao Senhor Deputado quanto ao seu primeiro reparo, que eles também receberam hoje uma moção ou pedido de contestação do PSD, e também foram surpreendidos. Disse ainda a Senhora Deputada que o Partido Socialista não retira a moção, nem faz nenhuma moção conjunta, pois, se esta moção vos parece incómodo por alguma razão, aquilo que tem que fazer é votar contra.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que agradece a intervenção dos eleitos do Partido Social Democrata, e que a CDU, nesta matéria, também entende que sendo essencial e claro que no final todos convirjam para o mesmo, e que aquilo que de facto se quer é defender e garantir que os projetos que estão em curso relativamente à Serra D'Arga se concretizem, nesse princípio a CDU também entende, lamentavelmente o Partido Socialista parece que não o quer fazer, que esta matéria é de facto demasiado importante para se ignorar a possibilidade de se chegar a um acordo e fazer um texto comum. No entanto, também não lhe parece que haja tempo suficiente para interromper esta Assembleia e fazê-lo neste momento, e, aquilo que propõe seria que retirassem as moções, com o compromisso de se elaborar um texto comum que garanta aquele que é o posicionamento de todos, e acima de tudo que garanta a defesa das populações do Concelho de Caminha e em particular a Serra D'Arga.

Disse.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, disse que estão plenamente de acordo com o Senhor Deputado da CDU, para que ali houvesse uma convergência a três. No entanto, não havendo acordo o Partido Socialista fica com a sua moção, e a sua bancada votará na naquilo que entender.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa, e disse que na verdade o Partido Socialista tomou a decisão, mas, não



Assembleia Municipal de Caminha

seria de todo errado que fosse feita uma proposta para que fossem retiradas as moções, sobre o compromisso de se elaborar uma moção única num texto comum. Disse ainda o Senhor Deputado que já viu o Partido Socialista em muitos sítios votar de uma maneira e em outros sítios de outra, e, portanto, não sabe se o cenário da votação desta proposta de retirada das moções, provavelmente não seria aprovada. E se fosse aceite essa proposta retiravam-se essas moções.

O Senhor Presidente da Mesa, propôs para votação a Moção, a qual foi aprovada com 18 votos a favor, 5 abstenções e 11 votos contra.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse em declaração de voto que a CDU optou pela abstenção, pelas razões invocadas na discussão da mesma. Em primeiro lugar, porque entendem que não podem ser a favor porque ela mistura situações que não deveriam ser misturadas. Em segundo lugar, não poderiam ser contra porque concordam com alguns dos pontos que lá estão, e esses seriam mesmo os pontos de convergência que parece que o Partido Socialista não quis integrar.

O Senhor Deputado João Filipe Lages, saudou todos na pessoa do Senhor Presidente, disse em declaração de voto, que tanto ali se falou de congruência, mas, existe ali um princípio que também se deve ali impor que é de esclarecimento, isto de acordo com os poucos elementos que lhes foram facultados, existem ali algumas lacunas e algumas incongruências até porque este processo de exploração de prospeção parece ser um processo muito mais longo e com alguns anos de investidura por parte dos exploradores de minério face aos elementos e pareceres que o seu grupo conseguiu reunir, e são da Câmara em funções e datam de 2016, existe um de 2018 pouco esclarecedor, que deixa ali antever algum parecer favorável, e é um dos pontos de grande convergência entre as diversas bancadas, que mereceria um grupo de trabalho



Assembleia Municipal de Caminha

de apreciação e de avaliação a todos essas questões de se perceber aonde vamos e como diz muito bem o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, que será um pouco como as lixeiras, elas tem que estar em algum lado, mas, nós não as queremos à nossa porta, pelo que, seria um passo de congruência com aquilo que se apela à concertação entre as forças partidárias naqueles que são os pontos essenciais para além dos dogmas partidários.

Disse.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, solicitou um pedido de esclarecimento, e disse que o Senhor Deputado João Lages, acabou ali de afirmar que tinha pareceres da Câmara atual, então, como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora refere que não tinham conhecimento desses pareceres, ou, foi a Senhora Deputada que percebeu mal. Pergunta ela? Então os Senhores possuem esses documentos, e não se lembraram de informar o Senhor Presidente da Junta.

O **Senhor Deputado do Partido Social Democrata, Valdemar Vieira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes e Comunicação Social, e leu a seguinte Moção:

“Os Deputados do Grupo do PSD desta Assembleia Municipal, declaram publicamente a sua posição irrevogável contra a exploração mineira para extração de vários minerais, entre os quais o Lítio, na Serra D'Arga.

Os Deputados do PSD não colocam em causa a importância do Lítio, mas não pode valer tudo, nomeadamente acabar com a força económica local que deriva do seu potencial natural.

Este mineral, no nosso País, encontra-se essencialmente na rocha e quanto mais concentrado for, mais rocha terá que ser extraída e cavada para ser obtido em quantidades para justificar o investimento realizado.



Assembleia Municipal de Caminha

Nesse sentido conseguimos antever a situação dramática em que se encontrará a nossa Serra, que é um orgulho para todos nós.

O Município de Caminha, juntamente com Ponte de Lima e Viana do Castelo, apresentou um projeto com o objetivo final de classificar a Serra D'Arga como Área Protegida.

No entanto, sabemos por outros exemplos, que este fator não irá mitigar a ameaça latente de viabilização do concurso para exploração de minerais na nossa Serra, como temos exemplo das terras do Barroso que foram classificadas como Património Agrícola Mundial, há 1 ano atrás, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e que agora estão na iminência de serem irremediavelmente feridas pela extração de Lítio nos concelhos de Montalegre e de Boticas.

Há 10 anos atrás, as mesmas Nações Unidas, através da UNESCO, declararam o Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés como Reserva Mundial da Biosfera, onde se incluem os concelhos de Montalegre, Arcos de Valdevez e Melgaço. Mais uma vez, recentemente os presidentes de Câmara destes concelhos e população tiveram que se unir e declarar publicamente que eram contra a Prospeção de vários minerais entre os quais o Lítio no seu território, uma vez que se abriu concurso para tal.

Nenhuma das candidaturas, nem pareceres negativos das câmaras inibiu o Governo de avançar com o Mega Concurso Internacional para prospeção e exploração do Lítio na área de Fojo - Monção, Melgaço e Arcos de Valdevez.

Assim, é de conhecimento publico e documentado que a DGE (Direção Geral da Energia e Geologia) procedeu ao mapeamento das áreas com mais ocorrência de mineralização de Lítio, correspondente aos pedidos e contratos tendo como referência a informação geológica disponibilizada.

Identificou 11 áreas, nas quais está incluída a Serra D'Arga.

Aliás, a deliberação do Conselho de Ministros, de janeiro de 2018, refere que o Governo está a preparar um plano para a extração do Lítio nestes 11 campos referenciados.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim:

- Sabendo que o Governo está na iminência de avançar de imediato com os concursos para prospeção e exploração de Minerais, entre os quais o Lítio para 8 das 11 áreas já conhecidas;
- Tendo conhecimento concreto de várias empresas internacionais que já têm os projetos prontos para serem candidatados, assim que abrirem concurso, inclusive para a nossa Serra d'Arga;
- Sabendo que existe risco eminente de termos uma Serra D'Arga a ser delapidada em prol de grandes interesses económicos;
- Acreditando que os Municípios vão abdicar dos Royalties mineiros, priorizando as suas gentes, territórios e património;

Apresentamos neste órgão o nosso voto de contestação e protesto por qualquer tentativa de prospeção ou exploração de Lítio na Serra D'Arga.

Este voto, se aprovado, deverá ser enviado por esta Assembleia Municipal para o Ministério do Ambiente e da Transição Energética; Ministério da Economia, Comunidade Intermunicipal do Minho e Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Câmara Municipal de Viana do Castelo, e Juntas de Freguesia do Município de Caminha e todas as Associação desportivas e culturais do Concelho de Caminha.

Caminha, 26 de maio de 2019

Os Deputados do Grupo do PSD da A. M. de Caminha.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que é coerente que não possam aprovar esta moção, depois de terem dito que estavam disponíveis para convergir num só texto, esse sim, com o qual se identificariam. No entanto, existe ali no entender da CDU um erro de forma apenas. Após consulta de regimento, não encontra o eleito municipal da CDU o voto de contestação. Provavelmente a figura seria mesmo a de moção.

Disse ainda o Senhor Deputado que neste texto acabam por convergir com aquilo que também é a sua posição. Defender-se a não prospeção e mais tarde



Assembleia Municipal de Caminha

a extração e exploração de lítio num local e apenas nesse local não sensibilizou o Governo, o que significa que provavelmente esse não é o argumento. Defendeu que teremos que ter outros argumentos, bem mais validos, mais aprofundados, daí que uma vez mais se deveriam sentar todos à mesa, para se fazer uma contestação que fizesse mais sentido.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse quanto a esta moção o Partido Socialista irá votar favoravelmente.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse como no Regimento da Assembleia Municipal não vem “Voto de Contestação”, se os Senhores Deputados assim o entenderem ir-se-á votar como Moção, e como está a dizer o Senhor Deputado Ricardo Cunha foi um erro ao dactilografar.

De seguida passou-se à votação da Moção, a qual foi aprovada com 31 votos a favor, e 3 abstenções.

Logo, de imediato o **Senhor Presidente da Mesa**, apresentou um requerimento ao Senhor Presidente da Câmara, da comissão permanente da Assembleia Municipal de Caminha, o qual passou a ler:

“A comissão permanente da Assembleia Municipal de Caminha, após reunião decorrida a 14 de junho de 2019, vem por este meio requerer à Câmara Municipal de Caminha que remeta a esta comissão, pela Mesa da Assembleia Municipal de Caminha, os processos de licenciamento das esplanadas e a áreas cobertas em passeios e ruas usadas pelos restaurantes, cafés e bares, em Vila Praia de Âncora, sitos na Avenida Dr. Ramos Pereira, Rua Laureano Brito, Rua dos Pescadores, Largo Pedro Bogalho, Av. Do Campo do Castelo, Rua 13 de Fevereiro e Praça da República.

As peças processuais requeridas devem integrar os pareceres da divisão e decisão sustentada nos regulamentos em vigor, bem como relatórios de vistorias realizadas, devidamente datados e assinados.

Pela Comissão Permanente.”



Assembleia Municipal de Caminha

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e relembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, deu início à sua intervenção;

“Relativamente às limpezas urbanas (varredura e lavagem das ruas), a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, vem expressar mais uma vez o seu descontentamento sobre a forma como estão a ser efetuadas, assim como a manutenção dos espaços verdes, tendo sido notório o agravamento do seu descuido nos últimos meses. É, para nós, incompreensível que vários concelhos do nosso distrito, alguns bem próximos, se apresentem limpos e cuidados, e o nosso concelho apresente exatamente a imagem oposta.

Esta preocupação da Junta de Freguesia, já foi dada a conhecer pessoalmente e através de vários ofícios à Câmara Municipal e à empresa Luságua, empresa responsável pela limpeza das vias e recolha dos resíduos sólidos urbanos no nosso Concelho. A junta de Freguesia lamenta não ter recebido até à data nenhuma resposta aos ofícios que, sobre esta matéria, enviou à Câmara Municipal e à empresa Luságua.

Este retrocesso a que estamos a assistir ao nível das limpezas e manutenção dos espaços verdes deve-se essencialmente a três fatores.

1- A Empresa Luságua faltou ao compromisso assumido numa reunião no Gabinete de Apoio ao Município, em Vila Praia de Âncora, onde estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Caminha, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e um responsável da empresa Luságua, Sr. Engº Ricardo. Nessa reunião ficou acordado que a empresa assumia a limpeza de pequenas áreas que não constavam no



Assembleia Municipal de Caminha

caderno de encargos, sendo que estas já eram efetuadas pela anterior empresa (Suma). As referidas limpezas foram executadas, durante todo este tempo, dentro de uns parâmetros minimamente aceitáveis, até termos conhecimento há três meses atrás, pelo encarregado responsável do setor, que não as iriam continuar a executar. Não posso deixar de referir que a empresa, além de ter faltado à palavra do seu colaborador, não está a cumprir com o caderno de encargos uma vez que existem zonas, como por exemplo a Sandia e Vista Alegre, que nunca foram limpas desde que a Câmara adjudicou estes serviços, havendo ainda zonas onde está estipulado no mapa do caderno de encargos fazerem a varredura manual duas vezes por semana e passam-se meses sem serem limpas.

2- Esta falta de cumprimento do assumido e a consequente quebra da palavra dada, deve-se essencialmente ao facto do Sr. Eng.º Ricardo ter saído da empresa e também pela Junta de Freguesia ter respondido negativamente a um pedido feito por parte da responsável da área das limpezas e recolha de resíduos sólidos urbanos no nosso concelho, no qual a mesma pretendia que esta Junta de Freguesia, depois da polémica gerada tanto nas redes sociais como nas Assembleias de Freguesia e Municipais sobre a aplicação de herbicida em frente aos espaços escolares, desse autorização para a sua utilização, responsabilizando a Junta por qualquer incidente resultante da aplicação do herbicida na Freguesia e desculpando a empresa perante a opinião pública.

3- Na reunião realizada na Câmara Municipal de Caminha, onde estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e o Sr. Secretário da Junta de Freguesia, reunião que serviu para debater alguns pontos sobre as transferências das novas competências atribuídas à Junta de Freguesia, ao abrigo da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, o Sr. Presidente da Câmara reconheceu que as verbas a atribuir pelo Município à Junta de Freguesia eram insuficientes, mas que não podia atribuir mais em face de problemas de tesouraria. Prosseguiu o Sr.



Assembleia Municipal de Caminha

Presidente da Câmara indicando que para a área das limpezas urbanas manteria toda a logística existente no setor de Vila Praia de Âncora, ou seja, 6 funcionários para a área das limpezas infelizmente, hoje apenas se conta com uma funcionária.

É importante realçar que a empresa só cobre 40% de área da freguesia de Vila Praia de Âncora.

Sr. Presidente, da Câmara Municipal de Caminha, Dr. Miguel Alves. A Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora tem, neste momento, 3 funcionários na área das limpezas urbanas e investiu na compra de um trator e restante equipamento, despesa que ultrapassou 40 000€.. Mesmo assim, não conseguimos fazer face ao desleixo em que se encontram os espaços verdes e algumas artérias de Vila Praia de Âncora, nas quais e em alguns locais se encontram ervas com mais de 2m de altura.

Como Presidente de Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, responsabilizo a empresa Luságua por ter, ao fim de alguns anos, deixado de cumprir devidamente as suas obrigações, quer as que se encontram contratualizadas quer as resultantes de um acordo de cavalheiros, e recordo que esses serviços são pagos a partir dos impostos cobrados a todos os munícipes, com o sacrifício que tal representa para os mesmos.

Senhor Presidente:

Responsabilizo também a Câmara Municipal de Caminha por não ter consciência da grave situação em que se encontram muitas das ruas de Vila Praia de Âncora e por não ter a sensibilidade de tentar resolver esta situação, seja através da contratação de pessoal, seja através de uma exigência clara à empresa relativamente aos compromissos assumidos e a ameaça do encaminhamento do processo para o foro judicial.

Esta questão da limpeza está insustentável. As pessoas sentem vergonha de terem as suas ruas neste estado lastimoso, principalmente as que se localizam em áreas perto da praia, onde há mais Turismo, algumas delas têm assumido os custos com esta limpeza, outras são elas próprias a fazerem-nas, isto dentro



Assembleia Municipal de Caminha

das áreas de responsabilidade da empresa Luságua. Esta situação é ridícula nos dias de hoje.

Não quero pensar que este assunto esteja por solucionar, derivado a existir interesses políticos e que os mesmos se sobreponham à legitimidade da população em ter a sua terra limpa e cuidada.

A Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora vai, novamente, enviar um ofício para a empresa Luságua e para a Câmara Municipal, solicitando, em nome da população de Vila Praia de Âncora, que Vossas Excelências resolvam definitivamente este assunto porque Vila Praia de Âncora e os Ancorenses não merecem esta sorte.

Caras e caros Presidentes de Junta e demais autarcas:

Todos nós fomos eleitos pelo povo porque o povo acreditou que nós éramos as pessoas certas para defendermos os interesses das nossas freguesias e de todos os seus habitantes, independentemente das nossas ideologias políticas.

Deram-nos um poder para trabalharmos no engrandecimento das nossas freguesias e a obrigação de estarmos ao lado das nossas gentes. Infelizmente, outros valores se sobrepõem na hora em que mais precisam de nós e isso já se viu várias vezes nestas Assembleias Municipais.

Para que não fiquem dúvidas sobre a firmeza do meu compromisso perante todos aqueles que acreditaram em mim e no restante executivo da Junta de Freguesia, face à passividade que temos verificado por parte da Câmara Municipal e ao desinteresse da empresa Luságua na resolução deste assunto, pondero a possibilidade de iniciar uma greve de fome a realizar em frente ao Edifício dos Paços do Concelho, em Caminha, até que me sejam dadas as garantias evidentes e prazos adequados para a resolução deste problema.

Aguardarei pela resposta aos ofícios que brevemente enviaremos e ponderarei as medidas a tomar.

Disse."



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e deu início à sua intervenção;

“O Concelho de Caminha, nos últimos anos, tem investido e direcionado os seus esforços no setor do turismo.

As nossas praias foram as precursoras do turismo no concelho, levando a que todos os visitantes possam conhecer os nossos valores naturais, culturais e patrimoniais.

Mas preservar estes valores implica realizar o trabalho de casa.

Não basta ter lindas praias, é preciso cumprir um conjunto de requisitos de qualidade ambiental, segurança, bem-estar, infraestruturas de apoio, informação e sensibilização ambiental.

O atual executivo conseguiu cumprir com estes critérios.

Este ano todas as praias do concelho de Caminha hasteiam novamente a “Bandeira Azul”. Porém, fomos mais além e conseguiu-se com que todas as praias marítimas conquistassem o galardão “Praia Qualidade de Ouro”. Esta distinção da QUERCUS significa que as praias tiveram qualidade de água excelente nas últimas cinco épocas balneares.

Também três das cinco praias hastearam a bandeira “Praia Acessível”.

Tornar estes locais acessíveis, demonstra a preocupação que este executivo teve em proporcionar oportunidades aos que têm mobilidade condicionada.

Segundo a Associação da Bandeira Azul, esta distinção teve início em 1987 e Vila Praia de Âncora esteve 21 anos sem hastear esta bandeira.

Nos últimos 5 anos teve este galardão de forma consecutiva.

Se falamos de praias e de turismo, não podemos deixar de falar sobre os eventos de verão:

Desde os já consolidados “ArtBeerFest”, “Arte na Leira”, “Feira Medieval de Caminha”, “Festival Sonic Blast”, Festival de Vilar de Mouros”, romaria de São João d’Arga, Festa da Senhora da Bonança, Grande Trail da Serra d’Arga...



Assembleia Municipal de Caminha

E também a aposta no novo evento intitulado “A seguir entra agosto”, com o objetivo de reforçar as nossas tradições e cultura popular.

Há uma tendência enorme de crescimento registada nos últimos cinco anos.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, desde 2013 o número de dormidas aumentou 87%, ou seja, de 44 mil para 84 mil por ano.

Neste período o número de proveitos da hotelaria cresceu para mais do dobro, 112%, de 1,4 milhões para 3,2 milhões de euros.

Sabemos que mais dormidas significam mais pessoas, o que leva também à sustentabilidade económica do comércio tradicional do nosso concelho.

Isso demonstra que a estratégia e o trabalho conduzidos pelo Presidente Miguel Alves, juntamente com a sua equipa, resultam no crescimento económico que beneficia todos os caminhenses.

Tenho dito.”

O Senhor Deputado Alberto Magalhães, deu início à sua intervenção;

“Como sabemos, o Governo promoveu em 2016 um Grupo de Trabalho sobre o Lítio, do qual resultou um relatório no qual foram identificados, numa primeira abordagem 8 áreas em Portugal com potencial de exploração mineira do Lítio. Face à identificação das áreas de interesse a explorar, foram inúmeras as empresas nacionais e estrangeiras que concorreram por iniciativa própria ao procedimento de atribuição de direitos da prospeção e pesquisa de Lítio (e outros minérios) no nosso País. Em janeiro de 2018 foram aprovados em Conselho de Ministros (Resolução de Conselho de Ministros no 11/2018), as áreas identificadas com potencial pelo Grupo de Trabalho do Lítio, e que são:

- Serra de Arga (Caminha)
- Barroso-Alvão (Vila Real)
- Seixoso-Vieiros (Porto)
- Almendra-Barca de Alva (Guarda)
- Massueime (Guarda)
- Guarda



Assembleia Municipal de Caminha

• Argemela-Segura (Castelo Branco)

No entanto, ressaltamos que outras regiões do País foram objeto de emissão de pedidos de prospeção e pesquisa do subsolo. É importante constatar que algumas das zonas identificadas como potencialmente ricas em Lítio no Grupo de Trabalho do Lítio, deveriam estar protegidas e salvaguardadas da exploração mineira. Relativamente à área da Serra de Arga, os 6 pedidos de licença para prospeção e pesquisa emitidos em 2016 e ainda em vigor, perfazem cerca de 873 Klm², englobando os Concelhos de Caminha, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Paredes de Coura, e Vila Nova de Cerveira.

Convém salientar que a maior concentração e interesse de lítio e outros minérios encontra-se nas suas encostas e vales, distribuídos nos concelhos referidos.

Trata-se de uma zona com elevado ativo ambiental, paisagístico, turístico e de reconhecido valor cultural, patrimonial, ambiental, que agora está em risco.

Em 2019, o Governo fez anúncio público de que os concursos para contratos de exploração mineira seriam lançados até maio deste ano, depois por causa das eleições europeias e de alguma contestação das populações locais, adiaram para junho deste ano, sem se saber oficialmente a data do lançamento do concurso.

Em todo o caso, há a possibilidade de adiamento para depois das eleições legislativas, de forma a não haver "prejuízo" nos resultados das mesmas.

É um facto, que todo o processo tem decorrido sem divulgação e consulta formal e esclarecida às populações, tendo passado despercebida à maioria.

O desconhecimento é generalizado, não havendo interesse por parte das entidades competentes em realizarem sessões de esclarecimento ou outro tipo de informação massiva à população. Salientar que nos últimos anos foi feita uma forte campanha promovida pelo Governo para o estrangeiro a fim de captar investidores e grandes empresas mineiras para a exploração do Lítio e outros minérios.



Assembleia Municipal de Caminha

Salientar que a extração do Lítio é realizada em minas a céu aberto, que se resumem a crateras de grandes dimensões, o processo de extração é um processo muito poluente e que recorre a grandes quantidades de água que tem de ser captada localmente, havendo grande risco de contaminação de águas, com zonas de lavagem de minério e utilização de diversos produtos químicos tóxicos, tais como ácido sulfúrico, cianeto, arsénio, entre outros.

A Saúde Pública estará em risco!

Vai ser usado dinamite para melhor chegar à localização em profundidade do Lítio.

É natural que aqueles que se levantam às 05.00 ou 06.00 horas da manhã para regarem o milho ou as batatas descubram, que de repente, a água das minas, poços ou furos que herdaram dos seus Avós, pura e simplesmente desapareceu.

É natural que as hortícolas que tragam à feira de Caminha, às quartas-feiras, para venda direta, sejam proibidos de comercialização por estarem impregnados de produtos altamente tóxicos e cancerígenos.

A nascente do Rio Âncora pode estar em risco.

Os lençóis de água da Serra de Arga podem estar em risco.

O Rio Coura e o Rio Âncora podem ficar completamente poluídos, e consequentemente, as praias fluviais e marítimas podem perder as respetivas bandeiras azuis e douradas.

Uma catástrofe de consequências imprevisíveis pode estar eminente no nosso Concelho se a exploração do Lítio for aprovada.

Existe todo um impacte ambiental, social e de saúde pública que irá ocorrer no nosso Concelho e no Distrito de Viana do Castelo, caso o projeto se confirme e avance com consequências irreversíveis na paisagem, ambiente, comunidades locais etc.

Os residentes nas Argas e outros territórios de baixa densidade populacional do interior, já por si tão fustigados pela falta de medidas, apoios estratégicos de promoção positivas, irão sofrer um forte impacto, pois se os ferirem no que



Assembleia Municipal de Caminha

mais precioso têm: as suas terras, os seus recursos hídricos, suas paisagens e suas florestas, a situação de desertificação será definitivamente irreversível.

A Serra de Arga é o diamante mais valioso do Concelho de Caminha.

Urge, a todo o custo, que seja conservado para as gerações vindouras.

O PSD de Caminha desde o primeiro momento, defende a total proibição de prospeção/ exploração maciça que querem efetuar na nossa Serra de Arga.

Achamos que a Serra de Arga já foi suficientemente violada aquando da construção da A28 e dos acessos às Eólicas. Está chegado o tempo de a deixarmos em paz, para que continue a ser o nosso sustento.

Convidamos todas as forças políticas do nosso Concelho, todos os Clubes, Associações, Agremiações, sociedade cível, etc. a unirem-se, num movimento apolítico, e a defenderem um legado que tem de ser preservado, seja de forma que for, para as gerações vindouras.

A Serra de Arga já foi suficientemente violada.

É tempo de dizer - basta!

É tempo de dizer - na Serra de Arga ninguém mexe!

Disse.”

A Senhora Deputada Paula Aldeia, deu início à sua intervenção;

“A luta em que vamos ser chamados a participar não vai ser fácil por isso, é de suma importância que estejamos todos unidos na defesa do bem comum! forças políticas, associações ambientalistas, movimentos cívicos, população!

A posição do executivo liderada por Miguel Alves é clara e coerente: NÃO à prospeção e exploração de lítio na Serra d’Arga!

Esta posição não poderia ser outra pois o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido a nível intermunicipal, onde o município de Caminha é parceiro ativo, com um investimento de 350 mil euros num programa de identificação da fauna, flora, património e paisagem na Serra d’Arga para que este espaço seja considerado Área de Paisagem Protegida de Âmbito Regional, não deixam dúvidas quanto áquilo que o executivo pretende!



Assembleia Municipal de Caminha

Desengane-se quem pense que esta luta é só da Serra d'Arga e pela Serra d'Arga; esta luta é de todos e por todos, já que os efeitos da exploração de lítio terá repercussões nos rios Âncora e Coura, logo, no próprio Rio Minho, com consequências nefastas para tudo e todos, por isso, não será só a Serra d'Arga a sofrer, seremos todos!

O nosso município, juntamente com os municípios de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Vila Nova de Cerveira e Paredes de Coura deverão tentar, de forma concertada, chamar à razão o governo Central e a uma só voz, pôr fim a esta pretensão.

Caso esta união a 5 não seja possível, então cada um por si a “luta” é para avançar, a “luta” é para ganhar. A Serra d'Arga é uma mina sim, uma mina de biodiversidade onde existem espécies únicas, que se julgavam extintas, e pela qual vale e valerá sempre a pena lutar!

O executivo caminhense já traçou o seu caminho, já mostrou o trilho que quer seguir e prova disso são os 4 pareceres negativos que a Câmara Socialista deu em novembro 2016, em fevereiro e Maio 2017 e em Outubro 2018.

Por 4 vezes, de forma perentória, a Câmara disse NÃO aos pedidos de parecer que lhe foram chegando quanto à prospeção e exploração de lítio e outros minérios no nosso concelho!

Chegados aqui, temos de, infelizmente, e mais uma vez, falar de passado...

Das muitas acusações, que ao longo destes últimos anos temos ouvido, uma das que mais se destaca é precisamente de estarmos agarrados ao passado. E como não o estar quando esse passado nos vem assombrar?

A verdade vem sempre à tona, e desta vez, foi nas palavras de Júlia Paula Costa Ex presidente da Câmara Municipal de Caminha, eleita pelo PSD, que ela surgiu! Em 2010, a autarquia caminhense, da qual fazia também parte um vereador atual, deu parecer positivo aos pedidos de prospeção de lítio na Serra d'Arga.

Nunca, em tempo algum o PSD se preocupou com a Serra d'Arga, pois se assim fosse não teria dito SIM em 2010 àqueles que já nessa altura pretendiam



Assembleia Municipal de Caminha

delapidar o nosso património! Vem agora, com uma hipocrisia gritante, insultar vários presidentes de câmara do distrito, com particular relevo, claro está, ao presidente de Caminha! São, agora, acérrimos defensores da Serra d'Arga quando, durante anos nada fizeram para proteger a biodiversidade da nossa montanha, não criaram nenhuma medida de prevenção contra incêndios, não quiseram candidatar a Serra d'Arga a área protegida e, pior, aplaudiram a prospeção de lítio! Não fizeram nada!

Agora, dotados de uma incrível hipocrisia e achando que ninguém se iria lembrar, o PSD aparece como o salvador do ambiente e da Serra! Mostra serviço em Lisboa e aqui tentam apagar a verdade, desmentindo-se uns aos outros, atirando culpas uns aos outros, numa crescente espiral de mentira, atacando a inteligência dos que cá vivem.

As declarações de Júlia Paula Costa, ex-presidente da Câmara, do PSD, exigem uma atitude dos atuais vereadores do PSD: ou repudiam o passado do seu partido na Câmara ou pedem desculpas aos caminhenses pelo exercício de hipocrisia política dos últimos meses!

Basta de hipocrisia, basta de mentira, basta de insultos e difamação. Como pode alguém, que andou anos a acusar os outros de se auto promoverem para irem para Lisboa, como pode alguém que há poucos dias disse, e passo a citar: Miguel Alves anda a brincar com a população e fazer de todos um brinquedo para as suas pretensões político eleitoralistas” fim de citação, proferir tais palavras! Quem foi para Lisboa? Quem se anda a promover à custa de mentiras? Quem ataca e desmente até os do seu próprio partido para chegar onde quer? Certamente que não é Miguel Alves, pois ele está aqui, não saiu daqui nem vai sair daqui!

O partido Socialista entende que a população merece um esclarecimento: o PSD é contra ou é a favor da prospeção do lítio na Serra d'Arga? Se é contra, como tem vindo a apregoar, porque é que foi a favor enquanto esteve na Câmara? Se é a favor, porquê andar a enganar as pessoas?



Assembleia Municipal de Caminha

Este é o tempo em que precisamos saber com quem se pode contar e de que estirpe são feitos aqueles que ora são uma coisa ora são outra! Não vale tudo em política, não vale tudo para cumprir objetivos de promoção pessoal, o que vale é concentrarmo-nos na defesa da biodiversidade, nos valores naturais e nas gentes e património da Serra d'Arga, o Município de Caminha está nesta luta, o partido Socialista do concelho de Caminha está nesta luta, a população está nesta luta!

Disse.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que o PS e o PSD recarregaram as baterias e voltaram outra vez à carga com o lítio, mas, na verdade a CDU não quer dar esse testemunho, porque o testemunho que ali foram dar é mais do mesmo. É dizer que querem unir esforços, para tomar uma posição comum, quando hoje o Partido Socialista recusou sentar-se à mesa e encontrar uma solução e uma tomada de posição consensual entre todos que ali estão numa democracia representativa e fê-lo sem consultar a população. Mas, também diz que o PSD não faz melhor, e por aquilo que andou a fazer nos últimos tempos, sobretudo naquilo que diz respeito ao passado independentemente de terem aprovado ou não, de terem dado parecer favorável ou não, a verdade é que há uns anos atrás estavam calados, não se ouvia nada, não houve esta movimentação a que hoje se está a assistir, e se estavam preocupados como estão agora, deveriam ter feito a mesma coisa no passado que estão a fazer agora, tinham alarmado, tinham feito com que as pessoas libertassem o seu fel, e às vezes nas redes sociais, exatamente como o fizeram agora, mas, a verdade é que agora não o fazem, e depois querem convencer as pessoas que não existe uma agenda política por trás da vossa intervenção, mas, há uma agenda política por trás do PSD e do PS, e isso ficou muito claro quer nesta Assembleia, quer em tudo que antecedeu esta Assembleia. De facto, o PS e o PSD nos últimos tempos não tem feito outra coisa que não seja tentar arrancar os aplausos da população, com certeza com



Assembleia Municipal de Caminha

outros fins e com algumas preocupações. O Senhor Deputado disse que também estaria preocupado, não propriamente com as decisões do Município de Caminha até porque nessa matéria está muito limitado, mas, se calhar com aquelas que podem ser as decisões do Governo Central sobretudo num cenário de uma maioria absoluta, o que espera que isso não venha a acontecer.

Disse também o Senhor Deputado que a sua intervenção de hoje integra uma declaração política, cabimentada no art.º 25º, conjugado com o art.º 17º, que usará neste período antes da ordem do dia, e assim poupará algum tempo.

Disse então que num plano bem mais positivo, porque na verdade com toda esta questão fomos desviando as atenções de coisas igualmente importante aqui no Concelho de Caminha e facto quer nesse aspeto mais positivo saudar aquela que foi assinatura do contrato de empreitada da requalificação da escola básica e secundária, aqui em Caminha, a sede do agrupamento de escolas de todo o município, de todo o Concelho de Caminha, e estamos certos que este investimento de cerca de 3,5 milhões de euros, investimento em educação, é um ganho para todos nós. Sabemos que está aí na calha, depois da assinatura prévia, novos investimentos também em Vila Praia de Âncora enriquecendo este nosso tecido educativo que tem dado um testemunho muito grande naquele que é, esse sim, um exemplo de coesão, de intervenção comunitária intervenção em conjunto para valorizar aquele que é o nosso território educativo e para valorizar também aquela que é a identidade do Concelho de Caminha. Claro que não podemos ficar mais satisfeitos e também não temos pejo em afirmar que saudamos este investimento, sobretudo num cenário em que sentiam tantas dificuldades, que nos levavam já a dar como perdido este investimento. Mas na verdade vai ser possível fazê-lo.

Neste momento, com a chegada da época estival, queremos também desde logo dizer aquilo que é expectável, não só dos dois grandes festivais mas também de todas as movimentações, de todas as iniciativas que serão uma presença na nossa oferta, porque a CDU sempre valorizou aquelas que eram



Assembleia Municipal de Caminha

as iniciativas que promoviam o concelho e que faziam as populações de fora do concelho visitarem o concelho de Caminha, porque de facto nós temos uma boa oferta para que as pessoas nos possam visitar, possam cá passar as suas férias, possam cá voltar durante todo o ano. E de facto o Sonic Blast, que se tem vindo a afirmar, é de esperar que este ano volte a ser um grande festival, que leva a Moledo tanta e tanta população com um gosto musical muito particular. O festival de Vilar de Mouros bem diferente e que este ano está muito bem alimentado. Mas também saudar a iniciativa da própria Academia de Música Fernandes Fão que este ano vai saudar também o festival Vilar de Mouros num espetáculo que vai apresentar a 19 de julho, precisamente para valorizar naquele que é o festival mais antigo do país, mas sobretudo um festival que nos dá uma projeção nacional e internacional no mundo inteiro. Dito isto disse ao Senhor Presidente que passaria a fazer a declaração política, que na verdade era aquilo que trazia ali a CDU.

O **Senhor Vereador Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que o Processo de Descentralização de Competências é efetivamente aquilo que o Governo diz e bem, a reforma e a pedra angular da reforma do Estado. E estado ali na sua vertente mais lata, mas, também naquilo que é na sua vertente central, e naquilo que é na sua vertente central e de poder local e democrático. O processo de Descentralização é um processo complexo que carece de um estudo aprofundado, que carece de um estudo profundo naquilo que são as transferências para os municípios, e por isso existem dois momentos deste estudo. Um primeiro momento a abordagem daquelas que são as transferências que pretendem ser executadas ou transferidas para os municípios, na sua forma genérica, isto é, na sua forma abstrata, mas, por outro lado tem que se ter um estudo mais concreto e objetivo que se trata de se



Assembleia Municipal de Caminha

fazer a análise que é fazer a transferência geral e abstrata para o caso concreto do Município de Caminha. E é isto que o Município tem vindo a fazer e executado ao longo dos tempos, tendo já ali apresentado algumas dessas soluções, já apresentadas em reunião de câmara e posteriormente a deliberação em Assembleia Municipal.

Disse o Senhor Vereador que aquilo que se pretende é que os munícipes tenham o melhor serviço público, ou seja, aquilo que se pretende é que com a atribuição e com a assunção destas competências se tenha o melhor serviço público dado aos nossos munícipes com respostas mais céleres e ágeis.

Disse ainda o Senhor Vereador que existem duas competências fundamentais que estão previstas ser transferidas para os serviços municipais, como é o caso da Educação e da Saúde. Mas, começando pela Saúde, o diploma descentralização existe, não obstante o mesmo está condicionado à existência de um despacho que dita quais são os fundos financeiros para a concretização dessa competência, no entanto quando esse despacho for publicado o executivo também terá a sua posição, e será remetida a reunião de Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal.

Quanto à Educação disse o Senhor Vereador que o mesmo trabalho foi realizado, ou seja, solicitaram ao Agrupamento de Escolas aquilo que eram os valores que eles tinham; através dos técnicos do município da área de educação que também fizeram o trabalho; e também se recebeu do Ministério da Educação os mapas dos fundos financeiros que estão afetos ao Município de Caminha, após a sua receção, haviam números que não eram coincidentes quer por parte do Agrupamento de Escolas, quer por parte daqueles que o Município tinha com os recibos da Administração Central, porém, aquilo que o executivo fez perante esses mapas foi analisar e questionar o Ministério no sentido de se obter uma resposta e o porquê de haver essa discrepância. Os serviços enviaram esse pedido de esclarecimento no dia 16 de maio de 2019, e ainda se está a aguardar uma resposta oficial. Mas, referiu o Senhor Vereador este é um processo negocial, moroso e tem que ser flexível que não pode ser



Assembleia Municipal de Caminha

decidido ou executado a régua e esquadro, tem que haver uma abertura comercial para se poder assumir estas competências ou não. No entanto, ao longo deste caminho o executivo tem reunido com diversas entidades externas, entidades que detinham estas competências, ou, que já eram competências próprias dessas entidades como por exemplo a APA, como a Capitania do Porto de Caminha e ouvidas que foram essas entidades, o executivo foi consolidando aquilo que era a opinião e a posição do Município para se deliberar e tomar-se em plena consciência aquilo que era a assunção desses compromissos, para se prestar um melhor serviço à nossa comunidade.

Para terminar o Senhor Vereador gostava de referir que o Decreto-Lei de execução orçamental alargou o prazo da comunicação referido na alínea b), do n.º2, do art.º 4.º da Lei 50/2018 de 16 de Agosto, e também informa os Senhores Deputados que na próxima reunião de Câmara, serão levadas algumas propostas relativas à Descentralização para análise e votação, e posteriormente cumpriram com aquilo que sempre foi dito, que a Assembleia Municipal tomará posição conhecendo e deliberando as propostas que foram remetidas a reunião de Câmara.

Para finalizar o Município de Caminha está atento, estuda os dossiers, o Município quer ver se isto é bom ou mal para os munícipes do Concelho de Caminha, e tendo uma convicção livre e consciente serão tomadas as decisões, uma vez que este é um processo comercial, e também é um processo flexível.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que tem estado a ouvir o debate, sobre temas importantes, e agora vai dar nota de alguns assuntos, sem antes dizer ao Sr. ° Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que os nossos propósitos são exatamente aqueles que o Sr. ° Vereador Rui Lages ali expôs. Os mesmo que sempre ali indicaram relativamente ao pacote de descentralização. Aliás, esta sexta-feira, vai haver uma Assembleia Intermunicipal em que aprovaram algumas da própria CIM, sem que haja



Assembleia Municipal de Caminha

algumas das decisões tomadas pelos Municípios julga que são três, mas, está bem sustentada, através de um parecer da DGAL, e essa decisão não terá eficácia enquanto não saírem as decisões. Portanto, Sr. ° Deputado tem que relevar, que se está num primeiro ano de um pacote de descentralização, muito complexo, muito difícil e julga que se está a fazer aquilo que lhes competia fazer. No entanto, o Senhor Presidente quer dar nota de que mantém exatamente esta matéria em levar ali, a esta Assembleia Municipal todas as matérias quer de aceitação, quer rejeição quando nem era necessário o fazer, mas, quer fazê-lo dentro deste espírito de diálogo e abertura que ali se tem tido, para demonstrar a sua satisfação pela alegria e o contentamento demonstrado pelo nosso novo evento de 31 de Julho, certamente que se terá um Agosto bom no Concelho e julga que isso irá marcar um pouco essa data.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Ancora, disse o Senhor Presidente que a limpeza urbana é um problema que não é só de Vila Praia de Ancora é um problema que o executivo tem e que tem vindo a tentar melhorar através da ação das Juntas de Freguesia, da Câmara Municipal e da própria empresa de limpeza. Relativamente, à empresa também têm vindo a pressionar, a encontrar soluções ou de algumas alterações do processo, no entanto, a última reunião que tiveram já muito forte a propósito de um email que enviaram, e julga que foi nas suas férias, que o Presidente do Conselho de Administração assumiu com o executivo, nomeadamente assumiu com o Sr.° Vice Presidente, com a Câmara Municipal, que iria marcar essa reunião para ficar tudo esclarecido porque as posições não são exatamente iguais e o executivo acha importante que isso fique esclarecido e que o Senhor Vice Presidente lhe diga exatamente ao Presidente do Conselho de Administração aquilo que ele nos tem dito.

No entanto, também existe aí um problema enorme que o próprio Presidente de Junta ali tocou, e tem a ver com a falta de gente que se tem a trabalhar nesta área. Disse ainda o Senhor Presidente que muitas vezes quando está na rua e estão a atacar a Câmara Municipal, o Presidente umas vezes, mas,



Assembleia Municipal de Caminha

outras vezes são os funcionários da Câmara a serem atacados. E isso é uma atitude muito fácil, mas é muito injusta para a generalidade do enorme grupo de funcionários da Câmara que trabalha e dá o melhor. A Câmara precisa de mais funcionários, isto vai horrorizar um conjunto de pessoas que estão lá fora, e vão já dizer que é mais tachos, mais lugares, mais dinheiro, que andamos a consumir os impostos. Mas, a Câmara precisa de mais gente, não se tem gente para limpar, não se tem gente para trabalhar com a pedra, para ser cantoneiros, falta gente para trabalhar nestes setores. O executivo está à espera de um movimento, que é um movimento que está associado em 1.º lugar à assunção de responsabilidades na questão das águas por parte da Parceria Pública que poderá libertar alguns funcionários para fazer algum trabalho. Mas, também um movimento que vai permitir para o próximo ano se poder lançar novos concursos. Porquê? Porque o executivo este ano, é sabido e é publico que a Câmara tomou uma opção relativamente aos contratos precários e relativamente à colocação de pessoas nas escolas, porque faltavam pessoas nas escolas, no acompanhamento às crianças na cantina e na limpeza, não se conseguiu fazer tudo ao mesmo tempo e este problema de base tem de ser resolvido. No entanto o Senhor Presidente da Junta a preocupação é a mesma, Presidente, todos estes dias que passei pela de Marginal de Caminha, com as ervas altas junto à berma da estrada nacional, todos os dias a falar, todos os dias a apelar, todos os dias a dar ordens. Até que ontem, tive uma conversa demasiado desagradável, e foi a única maneira de se conseguir resolver, retirando pessoas de outros lados e resolver esse problema. No entanto, julga o Senhor Presidente que com uma solução radical, ou com um posicionamento radical que talvez possa ter, não vá resolver o problema e pode agonizar ali uma situação que vai ter outras leituras e que não faz sentido. Mas, isso é opção do Presidente, e o melhor é se tentar resolver essa matéria que é o mais importante, é se ter os espaços limpos e ainda por cima estes dois meses que aí vem serão duríssimos.



Assembleia Municipal de Caminha

Julga o Senhor Presidente que mesmo arranjando uma grande equipa a trabalhar, e que o Concelho tenha o dobro de pessoas em julho e agosto do que se tinha há 4 anos. Isto não tem a ver com as ervas, elas crescem igual, mas tem a ver com as necessidades da limpeza, e o executivo está a ponderar retirar algum dinheiro de outras áreas para tentar fazer com que passagens em determinadas ruas, durante estes dias possa ser reforçado, no entanto, dará nota dessa situação.

Quanto à questão do Lítio na Serra d'Arga, disse o Senhor Presidente que vai tentar dar o esclarecimento máximo que pode dar, apesar das posições publicas estarem aí e de todos terem seguido aquilo que é posicionamento da Câmara Municipal. A Câmara Municipal recebeu uma notificação por parte da Direção Geral de Energia na semana passada para se pronunciar acerca de uma área específica identificada para o lançamento de futuros concursos de prospeção e pesquisa de Lítio e de outros minerais associados. Esse mapa que não é particularmente legível e que já mereceu um pedido por parte do executivo do envio de um novo mapa, e de outro tipo de esclarecimento. É um mapa que tem uma implantação grande no Concelho de Caminha e também tem uma implantação nos Concelhos limítrofes e até com alguma surpresa para Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira. Vila Nova de Cerveira só para terem uma noção tem cerca de 80% do território está coberto por esse mapa. A Câmara Municipal perante esse mapa o que fez foi tomar uma posição pública e imediata que permitisse deixar claro aquele que é o seu posicionamento. E o posicionamento da Câmara Municipal é um posicionamento coerente com aquilo que tem vindo a ser a política da Câmara Municipal e a estratégia da Câmara Municipal, o executivo está a trabalhar em prol da nossa sustentabilidade e da nossa biodiversidade. Houve discussões nesta Assembleia Municipal no ano de 2016/2017 onde foram brutalmente acusados de se estar a elaborar um Plano Diretor Municipal (PDM) que protegia em demasiado a floresta, para desproteger em demasiado os apetites do imobiliário.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente que o Senhor Vice- Presidente, coordenador desta revisão de PDM foi acusado de estar refém dos Verdes, seja isso o que seja, mas, não era o partido político, e bateram-se fortemente para a preservação da floresta, para a preservação dos leitos dos rios, numa política que assumiram desde inicio, como uma política prioritária, contudo, deve-se ser claros, aquele que é único trofeu que gostará de ter neste processo, é que o executivo em 2013, quando escolheu o perfil do Vice-Presidente, dirigente do Parque Penada Gerês, ligado ao IFAP, como alguém para vir trabalhar nesta área da revisão do PDM aqui no Concelho e na área do ambiente, foi por alguma coisa e com algum objetivo. Nessa matéria não recebem lições de ninguém. Quando em 2017 começaram a trabalhar no projeto de identificação e de valorização da Serra d'Arga, também é preciso que se saiba que foi um projeto que nasceu de Caminha, uma proposta que lhe foi feita pelo Senhor Vice-Presidente e que daqui feita a Ponte de Lima e a Viana do Castelo, valorização da Serra d'Arga. Arranjaram um financiamento em 350 mil euros que estão a investir com os outros dois municípios para valorizar a Serra d'Arga, para saber o que lá está, e o que lá se tem, para poder fazer disso a mina de onde se pode lapidar o diamante da Serra d'Arga. Chegou-se há dias, a resultados. E os resultados são melhores daquilo que achavam que se tinha na Serra d'Arga, e a verdade é que se tem ali um mundo de vidas que permite que se fique satisfeito e orgulhoso do que lá se tem, mas, que exige uma grande responsabilidade para se poder potenciar aquele território a favor do Concelho e a favor da Região. Por isso, é que o executivo é muito claro nessa matéria Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, é que se executivo tem uma estratégia para o território que passa pela sua valorização, pela valorização dos seus valores naturais, dos seus valores patrimoniais, dos seus valores culturais nesta valorização, neste espaço, não cabe nenhuma mineração, nem que haja discussão sobre os impactos ambientais, nem que haja uma compensação, nem que haja royalties sobre essa exploração, o executivo entende que não cabe a mineração. E se não cabe, não é necessária



Assembleia Municipal de Caminha

a prospeção. Por isso é que o executivo tem uma proposta e vai no sentido de defender a Serra d'Arga de forma inegociável, sem sequer preencher as respetivas alíneas: a Serra D'Arga, Rede Natura, mas, Rede Natura que desce o Rio Âncora, que vai ter à Foz do Âncora também Rede Natura, através do Parque Litoral Norte, que vai ter à Foz do Minho, Rede Natura, que vai ter ao Sapal do Coura. Rede Natura que a partir desta potenciação defendem aquilo que se tem de mais valioso, naqueles espaços que não estão diretamente nestas redes protegidas, nestes espaços protegidos, mas, indiretamente alimentam esses espaços protegidos. Disse ainda o Senhor Presidente que o mesmo dirá, sobre o projeto de constituição da área protegida de interesse regional. Sabe que não é hoje área protegida, a Serra d'Arga, mas, sabe que um dia será. E esse dia será anterior, pelo menos a alguma decisão ou pedido de exploração e a convicção do executivo é que essa decisão que alargará, segundo a vontade e as propostas do executivo o espaço da Serra d'Arga que hoje está protegido como sítio de interesse pela importância comunitária, irá proteger ainda mais espaços na Serra D'Arga. Que não fiquem dúvidas sobre o nosso posicionamento. Mais, ao longo dos últimos anos, desde 2016, a Câmara deu, pelo menos, nos registos que se tem, a 4 pedidos de prospeção e de pesquisa de Lítio no Concelho de Caminha, pareceres negativos. Que isto fique claro. Porque, é que acha que era importante e que foi importante a moção do Partido Socialista que foi apresentada ali no modo em como foi apresentada. É que, quando se vai para o combate precisam de saber quem se tem ao ombro. E a Câmara Municipal tem de assumir essa responsabilidade perante a Assembleia Municipal. Não é uma vez ser uma coisa e outra vez ser outra coisa. E a verdade é que para infelicidade da CDU, ainda só o PS e o PSD tiveram no poder na Câmara Municipal, e não leve a mal, mas, nos próximos anos é natural que assim continue. E é preciso saber bem qual é o posicionamento do PS e do PSD nesta matéria. Não se pode hoje, a pretexto de se querer agradar as redes sociais ter uma posição diferente da que se teve no passado, isso quer dizer que daqui a 2 anos se for poder, porventura, volta-



Assembleia Municipal de Caminha

se a ter a mesma posição do passado. E era preciso que houvesse uma tomada de posição por parte do PSD nesta matéria, muito clara e sabe porquê? Porque o PSD desde 2001 nunca foi contra a prospeção, a exploração do lítio na Serra D'Arga. O Senhor Presidente disse que teve a curiosidade quando viu o mapa, o mapa que lhes enviou a Direção Geral da Energia de perceber porque é que havia uns buracos a branco no mapa que enviaram do nosso Concelho. Fez-se a pergunta à Direção Geral da Energia e o que eles responderam foi o seguinte: esses espaços a branco que vocês têm estão assim porque não cabem neste concurso, porque já foram a concurso. A Câmara Municipal de Caminha não se opôs e esse concurso já aconteceu, ganhou uma empresa que já fez prospeção na Serra D'Arga de Lítio, como parecer favorável da Câmara Municipal de Caminha e agora irá ser aberto um concurso de exploração de lítio nesse espaço. Logo, vai-se abrir um concurso, que não cabe neste concurso que agora se está ali a discutir.

Disse ainda o Senhor Presidente que no passado fim de semana, todos souberam pela voz da anterior Presidente da Câmara de Caminha Júlia Paula Costa, que tinha sido dado dois pareceres favoráveis à exploração de lítio. Julga que sobre esta matéria não há dúvida nenhuma. E aliás fica espantado pelo PSD, depois da derrota de Júlia Paula Costa, depois do que ela passou de estar na mó debaixo, agora nem sequer acreditam em Júlia Paula Costa, não acreditam no que ela disse. Mas, se durante 12 anos não tivessem acreditado também, é que tinham feito à população de Caminha. Mas, ainda pior é que este estranho exercício de Júlia Paula Costa, que logo a seguir atira culpa para o Vereador Flamiano Martins, que não tinha nada a ver com a história. O Vereador Paulo Pereira que na altura que diz que se tivesse sabido do assunto não tinha deixado, nem tinha assinado aquele parecer que é de uma coragem, à posteriori fantástica, e durante anos se ouviu a voz avisada do vereador a propósito das tomadas de posição da Dr.ª Júlia Paula Costa, ali na Assembleia pouco, porque falavam pouco os vereadores. Mas quem confia no PSD agora para defender a Serra D'Arga? Era preciso tomarem uma atitude e dizerem,



Assembleia Municipal de Caminha

nós enganamo-nos, errámos, estivemos mal e eram chamados para estar ali com a camisola e em incoerência. Mas, não seguem o caminho de tentar negar, de nada dizer, chutar para a frente, e agora são muito defensores da Serra D'Arga. Mais, já não se podia estar ali a ter esta discussão. A Serra D'Arga podia já ser uma área protegida, mas, foi Caminha precisamente que nunca quis que esta área da Serra D'Arga fosse uma área protegida. Sempre se opôs ao projeto maior com os municípios vizinhos. Basta perguntar aos Municípios vizinhos. Por isso é que era importante essa tomada de posição. Coerência é importante, é muito importante. Porque, a coerência é aquilo que dá força, é preciso garantias quanto a esta matéria. E por isso reafirma: que enquanto líder desta equipa defenderá sempre a Serra d'Arga e defenderá a Serra d'Arga, porque entende que é fundamental para o futuro do Concelho de Caminha. Disse ainda o Senhor Presidente que na Serra D'Arga na opinião do executivo não cabe sequer prospeção, nem mineração de lítio. E não é incoerente defender que no resto do Mundo não está a acontecer. Pode acontecer no resto do Mundo. Aliás, acontece. Mas não acontece em todo o resto do Mundo. Não acontece em áreas protegidas, não acontece onde a biodiversidade tem um papel, ou seja, se acontecesse então nem sequer havia estudos. O que o executivo entende é que na Serra D'Arga onde hoje se tem zonas preservadas, não deve acontecer. E a moção ainda vai mais longe porque diz, "para o caso de ser aprovado algum tipo de prospeção, para o caso de ser encontrado um espaço que não consegue caber nesta malha estreita que o Município de Caminha está aqui a lançar". Neste caso o executivo exige tudo; impacto ambiental, consolidação ambiental, o cuidado com as populações, a incapacidade de poder contaminar linhas de água, exige tudo. E é nesse esforço que o executivo está, e já está também a jogar a favor do tempo. Porque, o executivo tem vivido também estes tempos de lançamento da questão do lítio, porque os preços do lítio subiram vertiginosamente. E subiram! porque a procura é maior, e porque a oferta está mais ou menos estabilizada, mas, também sabem que nos países tipicamente ligados ao minério e esta



Assembleia Municipal de Caminha

questão do lítio também está a crescer em dimensão, e o executivo tem andado a estudar esta questão e esta matéria, e tem tido encontros com especialistas ligados à Universidade, têm tido contacto com os municípios vizinhos e a expectativa é que o tempo vai ajudar a provar que para além de não ser um bom lugar nem sequer é um bom negocio. É essa a expectativa do executivo. E isto de fazer moções em que todos estamos de acordo ir rapando, rapando, rapando até que estamos com uma coisa que não faz sentido nenhum, ou que é tão fraca que nem é mensagem, que não chega. E por isso, é que era preciso se ter ali uma decisão e o PSD não votou favoravelmente, pelo contrário votou contra a posição que ali foi defendida, e votou contra, porque tem vergonha do seu passado. Tem vergonha do seu passado. Porque se o Senhor Deputado que se ri muito não tem vergonha repudia o que aconteceu em 2010. A sua grande líder deu um parecer positivo a tudo isso que ali disse, veio ali com a sua voz radiofónica a tentar dizer que vai acontecer na Serra D'Arga uma hecatombe, quando a hecatombe foi provocada pela sua liderança, como é que a gente resolve isto. E tem de resolver isto, porque não parte para este combate por quem nas suas minhas costas, o estiverem a esfaquear.

Disse também o Senhor Presidente que nos últimos dias, foi insultado por dirigentes do PSD quando tornou público, aquilo que sabe sobre esta matéria, de que a Câmara Municipal de Caminha de 2010 ainda não se tinha pronunciado contra os pedidos de prospeção, quando tornou pública esta matéria, foi arrasado por declarações de grande eloquência da Senhora Vereadora às vezes, Deputada sempre Liliana Silva. Chamou-lhe mentiroso, disse que não havia contratos, que não havia nada, que o executivo estava a falar de coisas de há um ano. Que aquilo já não tinha sentido. Fui arrasado. Calou-se. Porque o mais importante é resolver os problemas. Dois dias depois, afinal havia, por acaso até já havia e tinha havido prospeção. Mas, pelos vistos quando foram ouvidos pela Câmara Municipal o Governo era do PS. Por acaso quando os contratos foram assinados pelo Governo, até era do PSD.



Assembleia Municipal de Caminha

Coerência. É isso que se tem de fazer. E não é fácil. E sabem quem está no Governo é o partido que ele apoia. Porque ele é dirigente. Dirigente Nacional e dirigente Distrital. E acham que é fácil lidar com essa pressão?! Se calhar vão dizer que não, mas para ele é muito fácil porque sente que está a fazer o correto, a defender a Serra D'Arga e a defender a população, com os custos que isto tiver. É disso que se está a tratar. E a posição do executivo é muito clara, nos próximos dias vai continuar a trabalhar para ter um posicionamento, que levará a reunião de Câmara, dará conhecimento à Assembleia, porque vai ter de sair antes de ir a esta Assembleia. E parte de premissas políticas e de premissas científicas. Ainda hoje tiveram uma reunião com pessoas que os estão a ajudar a preparar essa resposta. E mesmo, ao longo dos últimos dias têm falado com municípios vizinhos, e parece crível, que os municípios irão reagir de forma individual e poderá haver um posicionamento maior, mais político, logo se verá aquilo que se pode encontrar, mas a reação neste momento ao pedido será individual até porque alguns municípios entendem que já o fizeram. Há uns que querem fazer de forma mais simples, outros de forma mais complexa. Mas, o executivo vai avançar com o projeto de classificação da Serra D'Arga como uma área protegida. É disso que se está a falar neste tema do lítio. E sabe que é um tema muito apetecível para dar porrada no Presidente da Câmara, na Câmara, em toda gente. Podem dar a porrada que quiserem, este tema é um tema sobre a nossa sustentabilidade e a nossa credibilidade. Daqueles de que em umas vezes tem um posicionamento e depois para agradar a turma tem outro posicionamento. E nem sequer tem vergonha disso, até se riem, até se riem. Quem não se ri é a Serra D'Arga. E é possível que abra em breve concursos para exploração de minério, nos locais que deixaram prosperar lítio e ele quer perceber qual vai ser o posicionamento do PSD. Está mortinho por o saber. E é desta coerência que se precisa para tomar posições. Não acertam sempre, muitas vezes erram, não se consegue fazer as coisas, mas a coerência é fundamental para se ter credibilidade. Credibilidade, a defender a nossa terra. É Fundamental.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs o período de réplica.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara e a toda a Assembleia, se em 2010, se existem ou não esses documentos assinados da Dr.^a Júlia Paula da prospeção do lítio na Serra D'Arga. E pergunta a toda a bancada se alguém há 19 anos falava do lítio, para baterias para telemóveis. Aquilo que aconteceu na Serra D'Arga em 2010 era a prospeção do lítio para fins medicinais e de cerâmica, não se estava a falar como atualmente nesta grande prospeção de grandes buracos com mais de 800 metros, e aquilo que gostava de perguntar ao Senhor Presidente se ele está ou não contra a prospeção do lítio, porque ele tem um neto, que dá a vida por ele e gostava de ir à praia das crianças com ele, e por isso, pede ao Senhor Presidente que lhe responda ali, se está a ou não contra a prospeção do lítio, não só na Serra D'Arga, como no Concelho de Caminha, porque se assim for, até a última gota de sangue estará sempre com ele.

A **Senhor Deputada Paula Aldeia**, disse que para além da réplica, necessita de mais um esclarecimento, porque acabou por não entender, quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora acabou ali de questionar a bancada e refere que houve exploração de lítio na Serra D'Arga para fins medicinais e de cerâmica? Então pergunta. O Senhor sabia? ou seja, gostava de saber se disse ou não disse que houve exploração de lítio na Serra D'Arga ou no Concelho de Caminha para fins medicinais e de cerâmica. Joga, a Senhora Deputada que ouviu bem, mas, as outras pessoas podem atestar. Por isso, agradece que lhe responda.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, disse que aquilo que ali referiu, foi, se existem realmente esses



Assembleia Municipal de Caminha

documentos assinados pela Dr.^a Júlia Paula em 2010; se existem? tem a certeza que não foi para este tipo de exploração de lítio, foi sim, como acontece em muitas terras e em outros locais do País, para exploração em uma pequena escala para fins medicinais e para cerâmica, o que quer dizer que não é para fazer estes enormes buracos, que pretendem fazer, mas sim, para um camião ir lá carregar uma pedra, essa ser transportada para as fábricas, e aí ser retirado o lítio da pedra, não se trata do trabalho que hoje querem fazer na Serra D'Arga, é só isso; estão a perceber?

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que tomava a palavra do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, lendo a frase que não a fixou, mas, que a escreveu, “Para infelicidade da CDU, só PS e PSD lideraram a Câmara”, que reformulou “para infelicidade da população do Concelho de Caminha”. Continuou dizendo que acabamos de assistir uma vez mais ao que estamos a assistir, e de facto o PS e o PSD cá estão a fazer o mesmo exercício que tradicionalmente fazem na garantia, como o Senhor Presidente conseguiu dizer, que a CDU teria que esperar um pouco mais, mas, diria o eleito da CDU, que a população de Caminha terá que esperar um pouco mais, porque, o que lhe parece é que vai levar mais do mesmo, vai continuar a levar mais com Partido Socialista e com Partido Social Democrático.

Disse ainda o Senhor Deputado que as empresas de extração de lítio ou outro minério qualquer, não são as empresas que vão trabalhar os minerais para o final a que se destinam, nomeadamente para o fim que estava a falar, a cerâmica que já é tradicional em Portugal e para a indústria farmacêutica, como sabe também. Portanto, nunca seria uma empresa que faz a extração que depois vai valorizar o lítio para ele ser utilizado na indústria farmacêutica ou, em outra indústria qualquer. No entanto deixa essa questão para o Senhor Presidente responder, porque, não lhe foi dirigida a ele.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse então, relativamente a esta questão do lítio, que não é agradável, e disse-o em nome pessoal, não é agradável vê-lo defender a moção do Partido Socialista na sua qualidade de Presidente de Câmara. Disse que de facto não gostava de estar na pele de qualquer um dos eleitos do Partido Socialista, depois de ter visto o Senhor Presidente a defender, e bem, a moção do Partido Socialista já ela tinha sido defendida de forma muito incipiente.

Continuou dizendo que na verdade aquilo que o leva ali tem a ver com as transferências de competências, e também lhe faz um pedido de esclarecimento porque ou mudaram as datas no dia de hoje ou está convencido que as datas terminam no dia 30 com um prorrogar de prazo para 1 de julho, para que a comunicação de não aceitação seja feita. Porém, se a Câmara Municipal de Caminha tem conhecimento de outra data, é favor informar esta Assembleia. É só uma questão de partilharem a data e dizer de facto quando é que saiu essa nova informação.

Existe ainda uma confusão que lhe ficou na cabeça, não havendo alterações de data comprova-se aquilo que a CDU ali afirmou na declaração política que a Câmara Municipal de Caminha não levou atempadamente a discussão de não aceitação dessas mesmas transferências de competências e trará porventura a forma como vai operacionalizar as transferências que já está a aceitar tacitamente.

Para terminar disse o Senhor Deputado relativamente à CIM, já que não houve possibilidade de se falar no início e sobre a CIM, a CDU tem conhecimento até porque participou na reunião preparatória da próxima Assembleia Intermunicipal, de que a Câmara Municipal de Caminha não estava indicada como sendo a Câmara que não aprovaria as Transferências de Competência antes da Assembleia Intermunicipal, até porque vai-se realizar na sexta-feira e tudo fazia querer que a Câmara Municipal de Caminha proporia a esta Assembleia a transferência ou não transferência, porém, transferência não é necessário propor, já todos sabem disso, mas, havia um compromisso do Senhor Presidente da Câmara de levar essas propostas à Assembleia



Assembleia Municipal de Caminha

Municipal, no entanto, na próxima sexta-feira a CIM vai aprovar algumas aceitações para efetivar essas Transferências de Competências, no âmbito da CIM, sem o acordo da Câmara Municipal de Caminha, ou melhor, agora todos sabem que com o acordo, claro, como não o trouxe quer dizer que tacitamente aceitou.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que já da última vez discutiram ali este tema, e o Senhor Deputado entendia que naquela data se estaria já a caucionar a descentralização de todos os temas e depois disse que não era assim. O Senhor Vereador já lhe deu a justificação, a justificação está dada, e no tempo certo o executivo dará nota da sua posição, e até se vai aperceber que em algumas até está de acordo.

Relativamente ao tempo que vai ter que esperar, disse o Senhor Presidente que não é do seu agrado especial, mas, saiba que o Presidente Pinto da Costa escreveu um livro que pode muito bem servir para o aconselhar no tempo que tem de esperar por estar ali no poder, chama-se “Largos Dias tem Cem Anos”, mas, esta é uma forma de brincar consigo, neste espírito de bonomia que temos um com o outro e sabe bem que tenho gosto e apreço, não só pessoal como intelectual por si.

Quanto à questão que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia fez em defesa da questão do lítio, disse o Senhor Presidente que vai tentar ser ainda mais claro embora às vezes lhe custe um pouco, não é por si, é que às vezes nós somos claríssimos, no dia seguinte parece que fomos completamente estapafúrdios a explicar algumas coisas, contudo, vai tentar explicar aquilo que aconteceu para tentar responder. Quem disse que em 2010 assinou pareceres positivos relativos a esta matéria foi a Dr.^a Júlia Paula Costa. E acha extraordinário que a bancada do PSD esteja ali, e isto é uma coisa inédita, a achar que a Dr.^a Júlia Paula Costa é uma mentirosa! Acha isso extraordinário! Mas, aquilo que ele sempre disse, e está escrito em todo o lado, é que em 2010 a Câmara tinha dois pedidos de prospeção no Concelho, não deu a sua



Assembleia Municipal de Caminha

opinião contrária, não protestou, não disse que não. Se quer saber, hoje o Senhor Vereador Paulo Pereira esteve na Câmara todo o dia muito afã, a encontrar as respostas que a Câmara Municipal terá dado, os pareceres, mas, apenas encontrou as de este executivo, essas estão todas registadas e fazem parte do acerto pessoal do Senhor Vereador e não encontrou as respostas que a Dr.^a Júlia Paula Costa disse ter feito. A justificação dos serviços é que houve um apagão em 2013, antes das eleições, que fez desaparecer todos os registos, de cartas para trás de anos, o que quer dizer que para encontrar uma carta é preciso ir à “unha” atrás dos dossiês saber onde é que está. Mas, acredita na Dr.^a Júlia Paula Costa, esta frase tem que ficar na história! Se ela disse que deu um parecer favorável, é porque deu. Desculpem, mas a vossa atitude perante a Dr.^a Júlia Paula Costa é uma afronta para quem tanto vos deu e ajudou.

Disse ainda o Senhor Presidente que não percebe esse argumento do lítio bom e do lítio mau, ou melhor, da mineração boa e da mineração má. O senhor Presidente da Junta foi ali dizer, que tem a certeza absoluta, sobre a questão do parecer, não tem certezas nenhuma, mas, tem a certeza absoluta que aquilo que estava em causa com a Dr.^a Júlia Paula e com o PSD era uma pequena mina ligada à cerâmica, não era? Mas, logo de seguida o Senhor Presidente da Câmara mostra um mapa do Concelho de Caminha ao Senhor Presidente da Junta e a todos os Senhores Deputados, e refere que o que está a amarelo podem encontrar a Serra de Arga, que foi aquilo que o PSD deu para prospeção de lítio, ou seja, é uma faixa enorme que ali tem, na Freguesia de Dem essencialmente, mas a entrar na União das Freguesias das Argas, é uma faixa enorme que tem 469 hectares e esta faixa que está ali que entra na Serra de Arga de 486 hectares, isto não é para fazer vasilhos. Isto é uma área muito grande. Portanto a sua convicção não deve ser assim uma convicção tão certa, porque nunca nenhuma empresa pede para fazer prospeção de minério com determinado fim, pede para fazer prospeção de minério, ponto.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Por fim, disse ainda o Senhor Presidente que a ideia era que em 2010, ninguém ligava a esta matéria, que era uma coisa pouco importante, que terá passado despercebida, que será uma a nova tese, no fundo como se houvesse irresponsabilidade. No entanto, sobre essa matéria, o Senhor Presidente vai citar as palavras de uma especialista em diversos assuntos, uma especialista que se tem dedicado à temática do Distrito e do Concelho de Caminha com grande afã nos últimos tempos, e diz esta especialista, “se tivesse havido um possível contrato em 2010, do qual tenho dúvidas, porque diz ela, me custa a acreditar que as Associações Ambientalistas tivessem deixado passar, mas mesmo assim usando o facto de ter havido ignorância na matéria desta altura, não existe nada mais fatual do que a lei das Associações Ambientalistas, mas, também da Câmara.” A especialista tem o nome de Liliana Silva, se assim também não acredita nesta, já não existe outra hipótese para explicar isto.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, perguntou mais uma vez ao Senhor Presidente da Câmara, se o Senhor Presidente está ou não contra a prospeção de lítio no território do Concelho de Caminha? É só essa a pergunta. Muito obrigado

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de abril 2019

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 26 de abril 2019**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 28 votos a favor, 0 votos contra e 06 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) 2ª Revisão ao Orçamento

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e sete de maio de dois mil e dezanove, relativa à “**2ª Revisão ao Orçamento**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “2ª Revisão ao Orçamento”.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que relativamente ao orçamento, bem como ao relatório de contas, a CDU tem defendido sempre na Assembleia, que assumem como certos e verdadeiros, e fundamentados os documentos que são enviados da Câmara Municipal de Caminha para a Assembleia Municipal de Caminha. Da leitura que fizeram trata-se de um lapso no orçamento, do esquecimento em uma rubrica, trata-se disso que ali se está a falar? Questionou. Se sim, lamentam que tal tenha acontecido, no entanto, votarão sempre favoravelmente a esta revisão.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que no momento não estava preparado para responder, mas, é para permitir que haja uma nova rubrica para pagamento destes encargos, como o PAEL e o PREDE.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) Doação da Escola Primária Comendador Ramos Pereira à Junta de Freguesia de Riba de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de junho de dois mil e dezanove, relativa à “**Doação da Escola Primária Comendador Ramos Pereira à Junta de Freguesia de Riba de Âncora**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, autorizar a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Doação da Escola Primária Comendador Ramos Pereira à Junta de Freguesia de Riba de Âncora”.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse que é com muito agrado que souberam que a Escola Comendador



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Ramos Pereira, vai voltar à posse da Freguesia de Riba de Âncora, pois encontra-se nesta sessão da Assembleia Municipal para votação. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que em 2013 foi lançado o primeiro volume da monografia de Riba de Âncora, onde consta que esta escola era da Freguesia e tinha sido doada por um Decreto-Lei de 11 dezembro 1865. E em outubro de 2013, e já estava com duas semanas de Presidente de Junta, recebe um telefonema a pedir a chave da escola devoluta Comendador Ramos Pereira, e foi uma admiração enorme para toda a Freguesia, onde ficaram a saber que a escola não era da Freguesia, aquilo que estava no primeiro volume da monografia de Riba de Âncora não correspondia à verdade, e ficou numa situação complicada, porque tinha acabado de ser eleito, não era da mesma força política do Senhor Presidente da Câmara como todos sabem, e nessa momento toda a população julgava que seria impossível recuperar a escola, e isto porquê? Porque muitas vezes se ouvia dizer que o Presidente não é isento. Porém, nesse momento foi ter com ele e aquilo que aconteceu, foi que o Senhor Presidente disse qual o caminho a seguir e encontrou uma solução para o edifício que estava praticamente abandonado, foi lá criado o Núcleo Museológico de Artes e Ofícios de Riba de Âncora, deu a sua palavra como faria de tudo para recuperar a escola para a Freguesia de Riba de Âncora, apesar do processo ter sido moroso, hoje a Escola é de Riba de Âncora. Hoje, o Senhor Presidente de Junta agradece ao Senhor Presidente de Câmara todo o empenho que teve, apesar de nessa momento a ligação entre os dois não ser muito grande, mas, com o decorrer do tempo foi-se apercebendo que ele era um homem de palavra, e aprova está ali, honrou a sua palavra, honrou o cargo que ocupa, e Riba de Âncora fica muita grata pelo que o Senhor Presidente fez, e para a Freguesia de Riba de Âncora o Senhor passa a ser o segundo benemérito daquela escola, pelo trabalho que teve, porque, a escola muito provavelmente nunca chegaria ao mãos da Freguesia.

Por fim o Senhor Presidente de Junta agradece a quem votou em reunião de Câmara, porque todos votaram a favor, para que escola voltasse para a



Assembleia Municipal de Caminha

Freguesia, e mais uma vez reafirma a sua a gratidão ao Senhor Presidente de Câmara por cumprir com a palavra ao Presidente de Junta de Riba de Âncora.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse ao Senhor Presidente de Junta que mal estaria o mundo se um Presidente de Câmara se tornasse benemérito por exercer a sua função. Disse ainda o Senhor Deputado que a CDU tem sido a força mais interventiva na citação de uma família que reconhecem desde sempre, a família Ramos Pereira. José Bento Ramos Pereira, que é de facto o nome que hoje é mais importante para esta Assembleia, mas, recordámo-lo como pai de Inocêncio Ramos Pereira e avô de Jorge Maia Ramos Pereira, três nomes que sucessivamente se tem abordado na Assembleia e que voltaram a trazer em sessões próximas. De facto, José Bento Ramos Pereira era natural da Freguesia de Riba de Âncora, foi uma criança que emigrou aos 14 anos, mas, ficou sempre com a ligação umbilical a estas terras e gentes, e incutiu no seu filho, Inocêncio Ramos Pereira a vontade de ter uma casa em Vila Praia de Âncora. Mas, esta obra resulta de um ato de bem feitoria de Ramos Pereira, com a fortuna que ele conseguiu e com a qual, mandou construir em 1867 segundo a sua informação, esta escola e acaba por doar também à Freguesia de Riba de Âncora. Não tem indicação de nenhuma portaria dessa altura, mas tem indicação sim de uma portaria de 1924, já ele na condição de Comendador, a qual passou a ler;

"Portaria n.º 3:978

Atendendo a que o Benemérito Cidadão Comendador José Bento Ramos Pereira doou à Freguesia de Riba de Âncora, Concelho de Caminha, um excelente edifício escolar, ainda hoje o melhor do Concelho, e onde funciona a respetiva escola primaria geral, havendo ainda por seu falecimento legado à respetiva Junta de Freguesia o capital em 1000\$ nominais em inscrições para com o seu rendimento ocorrer ao encargo da sua conservação, aplicando-se o saldo em beneficio de alunos pobres da mesma escola: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que à referida escola



Assembleia Municipal de Caminha

seja dado o nome de Escola de Ensino Primário Geral Comendador Ramos Pereira.

Paços do Governo da República, 5 de abril de 1924.

O Ministro da Instrução Pública,
Hélder Armando dos Santos Ribeiro.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

**e) Ratificação da Decisão de Adjudicação dos Lotes 1 e 3 do
Procedimento de Consulta Prévia ao Abrigo do Acordo Quadro para
Fornecimento de Eletricidade da Central de Compras da CIM Alto Minho**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e sete de maio de dois mil e dezanove, relativa à **“Ratificação da Decisão de Adjudicação dos Lotes 1 e 3 do Procedimento de Consulta Prévia ao Abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade da Central de Compras da CIM Alto Minho”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal conceder autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais.



Assembleia Municipal de Caminha

Propõe-se que este órgão deliberativo aprove a” Ratificação da Decisão de Adjudicação dos Lotes 1 e 3 do Procedimento de Consulta Prévia ao Abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Eletricidade da Central de Compras da CIM Alto Minho.”

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Implementação de Sinalética na Rua do Sobrado na Freguesia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de junho de dois mil e dezanove, relativa à “**Implementação de Sinalética na Rua do Sobrado na Freguesia de Âncora**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a implementação da seguinte sinalética na Rua do Sobrado, na Freguesia de Âncora, como se indica:



Assembleia Municipal de Caminha

- Sinal B2 – Paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos, colocado no sentido descendente, do lado direito do sentido de trânsito, junto ao entroncamento com a Estrada Nacional EN13;
- Sinal A7a – Berma baixa, colocado no sentido ascendente, do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento com a Estrada Nacional EN13;
- C13 – Proibição de exceder a velocidade máxima de 50 km/h, colocado no sentido ascendente, do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento com a Estrada Nacional EN13 (pode ser colocado no mesmo prumo do sinal A7a anterior);
- C13 – Proibição de exceder a velocidade máxima de 50 km/h, colocado no sentido ascendente, do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento à esquerda que liga o arruamento existente à rua da Guarita;
- C13 – Proibição de exceder a velocidade máxima de 50 km/h, colocado no sentido descendente, do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento à direita que liga o arruamento existente à rua da Guarita;
- C14a – Proibição de ultrapassar, colocado no sentido descendente, do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir ao entroncamento à direita que liga o arruamento existente à rua da Guarita (pode ser colocado no mesmo prumo do sinal C13 anterior).

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Brás**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e deu início à sua intervenção;

“A tentativa de dinamizar a parte sul da Freguesia de Âncora no ano 1995, deu origem a um processo de tal forma desorganizado que motivou e motiva



Assembleia Municipal de Caminha

protestos de ordem tão diversa, que varia entre a falta de acessibilidades, a falta de Saneamento Básico, a falta de acompanhamento na demarcação de lotes acarretou divergências processuais de difícil reversão...

Enfim....

Verificamos hoje que as exigências da atualidade em contraposição com as condições de precariedade que as entidades envolvidas então possuíam, permitiram que se construísse moradias e se começasse a habitar nelas, sem levar em linha de conta a falta de infraestruturas primárias, tais como saneamento e acessibilidades, tal desiderato, gerou a indignação dos ancorense.

Estes reclamaram durante 22 anos após o lançamento do famigerado Loteamento de laboradas pelo direito de possuir um acesso condigno às suas moradias e à EN13, principal via de ligação daquela zona da freguesia de Âncora, e posterior ligação aos centros urbanos de maior densidade.

Muitas foram as esperanças, muitos foram atos eleitorais que se sucederam, e que motivaram promessas dos sucessivos políticos e candidatos.

Até que surgiram políticos que sem nunca fazerem promessas, demonstraram capacidade de trabalho e vontade de servir as populações, e, foram precisamente esses que apesar dos tempos conturbados e de difícil enquadramento financeiro tiveram a audácia e a coragem suficientes para fazer uma obra a que hoje com toda a dignidade se pode chamar Rua do Sobrado, são precisamente esses, que agora se preparam para implementar regulamentação de trânsito e obviamente proteger a segurança de pessoas e bens.



Assembleia Municipal de Caminha

A colocação de sinalética na rua do Sobrado pode parecer uma ação dimensão reduzida, no entanto, para além de conferir comodidade aos utilizadores, representa claramente organização e progresso.

Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, ocorre-me dizer-lhes; Obrigado.

Simultaneamente, perante este conjunto de acontecimentos sinto-me na obrigação de pedir ao excelentíssimo executivo um esforço adicional para que consigamos eletrificar e construir um passeio para peões do lado Sul desta nova Rua, entre a última moradia e a Estrada Nacional 13.

Também por representar uma necessidade desde há longos anos e correndo o risco de parecer o pobre mal-agradecido gostaria de reiterar o pedido de um sinal de cedência de prioridade para o cruzamento da rua do Pavilhão com a rua de Pedaroso, e 6 espelhos de trânsito de forma incrementar mais segurança dos automobilistas que utilizam a rua Dr. Teixeira Queirós, rua do Paço, rua do Socorro e rua do Cadinho.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

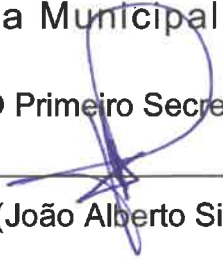
A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H00M, do dia 27 de junho de 2019, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.



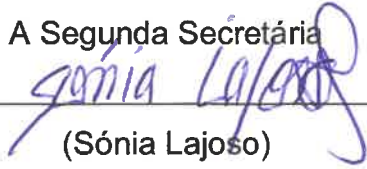
Assembleia Municipal de Caminha

O Primeiro Secretário



(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária



(Sónia Lajoso)

O Presidente



(Luís Augusto Pestana Mourão)